

# Acção Socialista



N.º 1307 11 Junho 2008

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

Governo aprova

## Mais transparência no mercado dos combustíveis



No início de funções do Governo PS o preço do petróleo era de 53 dólares. Hoje ronda os 135 dólares.

O ministro da Economia, Manuel Pinho apelou à União Europeia para um debate urgente para identificar medidas que possam minimizar o efeito negativo da escalada do preço do petróleo. PS chamou Autoridade da Concorrência à Assembleia da República. Autoridade da Concorrência investigou formação dos preços dos combustíveis em Portugal e concluiu pela não existência de cartéis. Governo aprovou medidas no sentido da maior transparência no mercado de combustíveis. Medidas de apoio aos pescadores entram em vigor a 1 de Julho, depois de aprovadas pela União Europeia. Por toda a Europa há manifestações e protestos de camionistas. Em Portugal

decorrem negociações com a ANTRAM. Portugal mantém aposta nas energias renováveis. Com o Governo do PS já foi instalada mais potência eólica do que nos últimos oito anos, com 36 novos parques eólicos, o que significa um aumento de 60% da potência instalada. Em 2007, 40% da electricidade é produzida a partir de fontes renováveis (ultrapassando a meta europeia de 39% para 2010). A meta portuguesa de incorporação de 10% de biocombustíveis mantém-se para 2010. É a meta mais ambiciosa da União Europeia. O primeiro Plano Nacional para a Eficiência Energética foi publicado a 20 de Maio e prevê a diminuição de 10% do consumo de energia até 2015



Dia de Portugal

2

Parabéns Presidente Almeida Santos agraciado com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo

Parlamento

10

Moção de censura do CDS/PP Puro oportunismo!

Mulheres Socialistas

5

Debate «Perspectivas de Género no Código do Trabalho»

Geração de Ideias

3

Sessão temática “Os caminhos para a igualdade”

CONGRESSOS FEDERATIVOS PS

8 E 9 NOVEMBRO 2008

Datas principais	ABRIL	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO
Militantes com capacidade eleitoral passiva/activa - inscritos até	24 25			
Envio de Cadernos Eleitorais Actualizados		Até 6		
Reunião da CP Federação - Eleição da COC, marcação do Congresso das Ass. Eleitorais para Delegados e Presidente da Federação		Até 6		
Reclamações aos Cadernos Eleitorais		15		
Emissão dos Cadernos Eleitorais Definitivos (em caso de reclamação)		18		
Apresentação de Candidaturas a Presidente da Federação			9 10	
Envio da convocatória para a eleição do Presidente da Federação e dos Delegados ao Congresso			16 17	
Apresentação de Listas de Candidatos a Delegados ao Congresso			19 20	
Eleições do Presidente da Federação e dos Delegados ao Congresso			24 25	
Apresentação de Recursos para a COC			26 27	
Deliberação dos Recursos apresentados à COC			28 29	
Repetição da eleição do Presidente da Federação (quando necessário)				31 1

CONGRESSOS FEDERATIVOS

8 9

# PS não irá enfrentar dificuldades com facilitismo

COMISSÃO NACIONAL

J. C. CASTELO BRANCO

PERANTE a actual “crise económica internacional” o Governo do PS continuará a “seguir o mesmo rumo” e “não irá enfrentar as dificuldades com facilitismo”, através de medidas de carácter fiscal que “teriam efeitos perversos”, afirmou o porta-voz do PS, Vitalino Canas, no final da Comissão Nacional.

Segundo reiterou Vitalino Canas, “o PS não vai corresponder às propostas facilitistas, populistas e de irresponsáveis, que os partidos à esquerda e à direita já começaram a propor”, mas o Governo está, no entanto, “particularmente atento” aos portugueses mais desprotegidos e já está a tomar medidas para “minorar as dificuldades”.

E apontou como exemplo, neste domínio, o congelamento do preço dos passes sociais e o aumento do abono de família para os cidadãos com menores rendimentos, que abrange 900 mil famílias, para as quais vão ser canalizados 120 milhões de euros, para além da baixa do IVA para 20 por cento.

Para o porta-voz do PS, estas medidas resultam da “folga orçamental” que foi conseguida através das reformas que o Governo implementou. “Se não estivéssemos com a situação do défice das contas públicas controlado, seria agora extremamente difícil enfrentar a actual crise internacional”, sublinhou.



Por isso, frisou, não se pode pôr em causa com medidas de facilitismo o que obtivemos nos últimos três anos”, realçando que “na História de Portugal não houve nenhum Governo que tenha enfrentado 18 aumentos do preço da gasolina em 15 dias. Estamos a enfrentar estas dificuldades com seriedade e rigor”.

Salientando que “o PS está unido em torno da linha de actuação do

Governo”, Vitalino Canas referiu ainda que a reforma laboral “é essencial para uma maior qualidade do emprego, combater a precariedade laboral, melhorar a organização do trabalho no âmbito das empresas, criar mais emprego e sermos mais competitivos”.

Neste quadro, considerou ser necessário “combater a posição autista e conservadora dos que procuram convencer os portugueses de que a

reforma é contra os trabalhadores”.

Além da análise da situação política, a Comissão Nacional procedeu ainda à apresentação, discussão e votação do relatório e contas de 2007 do partido, que foi aprovado por unanimidade.

“Esse relatório corresponde a um esforço para corresponder ao teor dos acordos do Tribunal Constitucional em termos de consolidação das suas contas. O relatório de

contas revela ainda um esforço de contenção assinalável ao nível das despesas e resultados líquidos assinaláveis”, disse o porta-voz do PS.

A Comissão Nacional aprovou ainda por unanimidade o regulamento e a data dos congressos federativos, que terão lugar a 8 e 9 de Novembro. Antes, a 24 e 25 de Outubro, decorrem as eleições dos presidentes federativos e dos delegados aos congressos (ver caixa).

## Almeida Santos agraciado com Grã-Cruz da Ordem de Cristo

O PRESIDENTE do Partido Socialista, camarada Almeida Santos, foi agraciado pela Presidência da República, no Dia de Portugal, com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo.

António de Almeida Santos é uma personalidade política portuguesa reconhecida internacionalmente.

Nasceu em Cabeça de Seia, em 1926. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, em 1950. Três anos depois partiu para Moçambique, onde exerceu a advocacia e iniciou a sua oposição política ao regime do Estado Novo, voltando a Portugal após o 25 de Abril até 1974.

Foi ministro da Coordenação Interterritorial dos I, II, III e IV Governos Provisórios com o estatuto de independente.

No VI Governo Provisório ocupou o lugar de ministro da Comunicação Social e durante o I Governo Constitucional tinha a seu cargo a pasta da Justiça. Filia-se, então, no Partido Socialista.

Depois, foi ministro-adjunto do primeiro-ministro no II Governo Constitucional, desempenhando mais tarde um papel determinante na primeira revisão constitucional



Foto: Ricardo Oliveira / GPM

de 1982.

Foi também ministro de Estado e dos Assuntos Parlamentares no Governo do Bloco Central e candidato a primeiro-ministro, em 1985.

Na revisão constitucional de 1988/89 teve, de novo, um papel preponderante.

A partir de 1990 integra o Secretariado Nacional do PS e exerce a presidência da Assembleia da República entre 1995 e 2002.

Almeida Santos é autor de mais de uma dezena de obras literárias, incluindo ensaios jurídicos.

Aos 82 anos, recebeu a segunda distinção a nível de Estado, após ter sido agraciado, em Abril de 2004, com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade, por ocasião das comemorações dos 30 anos da Revolução dos Cravos.

Refira-se que Ordem Militar de Cristo é uma ordem honorífica portuguesa concedida para distinguir figuras destacadas por serviços prestados ao país no exercício de funções dos cargos que exprimam a actividade dos órgãos de soberania ou na Administração Pública, em geral, e na magistratura e diplomacia, em particular. M.R.

# Geração de Ideias debate caminhos para a igualdade

A desigualdade na distribuição de rendimentos e a subsistência de situações de pobreza constituem importantes obstáculos à construção de uma sociedade mais justa, mais solidária e mais desenvolvida, cabendo à geração jovem dos nossos dias um papel activo na remoção de tais obstáculos, no despertar de consciências com ideias inovadoras e no recentrar dos olhares em torno desta discussão. Esta a mensagem central que perpassou das intervenções realizadas no âmbito da segunda iniciativa do movimento Geração de Ideias, que teve lugar em Lisboa, no passado dia 29 de Maio.

MARY RODRIGUES

PARA as várias dezenas de participantes na sessão temática sobre os “Caminhos para a Igualdade: Distribuição de Rendimentos – Que Políticas?” foi consensual o carácter vital de que se reveste a responsabilidade da juventude portuguesa no que diz respeito à solidariedade intra e intergeracional, pois só numa sociedade mais igual poderá falar-se em verdadeira liberdade.

No “Laboratório Chimico” do Museu de Ciência da Universidade de Lisboa, palco onde também foi apresentado o site da Internet do movimento ([www.geracaodeideias.com](http://www.geracaodeideias.com)), moderadora e convidados concordaram que o problema das desigualdades é central neste contexto de crise mundial, embora tenham sublinhado a necessidade de privilegiar uma abordagem menos dramatizada e mais optimista da realidade, sublinhando que Portugal, em vários domínios está melhor do que no passado e tem



actualmente as condições necessárias para diluir as desigualdades persistentes.

Neste sentido, o sociólogo Miguel Cabrita criticou o “cinismo e oportunismo” de algumas vozes alarmistas que surgiram após a divulgação do último relatório da Eurostat, vincando que o problema das desigualdades no nosso país é um assunto sério que merece reflexão e respostas, mas que não coloca Portugal na rota do caos.

Cabrita defendeu também que é cada vez mais necessária uma abordagem política que não se centre apenas no ponto económico associado à disparidade de rendimentos.

“É preciso alargar a agenda sobre esta temática e ir mais além, atendendo a outras variáveis, que não apenas a dos rendimentos desiguais, para analisar como se produzem as situações de risco de pobreza e de desigualdades ao nível, por exemplo, do acesso e inserção no mercado de trabalho, de acesso à educação e à saúde”, referiu.

Por sua vez, o jovem secretário de Esta-

do da Segurança Social, Pedro Marques, sustentou que um combate eficaz contra as desigualdades passa, à semelhança do que foi feito nos países da Europa melhor classificados nesta matéria, não só por agir sobre as causas estruturais das disparidades, mas também e sobretudo por implementar, simultaneamente, políticas activas de promoção da igualdade, que devem ir para além da igualdade de oportunidades, baseando-se no reforço de medidas redistributivas de rendimentos e num sistema fiscal tendente cada vez mais para a tributação directa.

Já o secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, Fernando Medina, deixou clara a sua convicção de que a questão da qualificação é central no debate sobre as desigualdades.

Sublinhou, nesta ordem de ideias, que em Portugal é preciso elevar o nível da qualificação dos recursos humanos e dar formação àqueles que não a têm para estreitar o fosso na distribuição de salários e de rendimentos.



## OPINIÃO



**CARLOS ZORRINHO**  
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

## EUROMANIFESTO 2009

NO PASSADO dia 31 de Maio tive oportunidade de intervir numa sessão de consulta pública sobre o Euromanifesto 2009, realizada no Porto e promovida pela delegação portuguesa da rede de activistas do Partido Socialista Europeu (PES). O documento-base do Euromanifesto foi aprovado no final de 2006 no Congresso do PES, que se realizou também no Porto, e a sua discussão alargada pretende dar origem a um referencial político forte e comum para as candidaturas socialistas às eleições para o Parlamento Europeu de Junho de 2009.

A existência duma matriz comum de valores e prioridades entre os Partidos Socialistas Europeus é algo desejável e importante em

É fundamental que os socialistas, os social-democratas e todos os que se identificam com a esquerda moderna consigam desta vez levar à vitória a sua visão do mundo

qualquer circunstância. No entanto, a sua relevância é muito acrescida num momento em que todos os sinais indicam o esgotamento do modelo capitalista neoliberal que serviu de referência às últimas décadas de aceleração global.

Uma análise lúcida do que foi a política mundial nas últimas décadas, permite-nos concluir que embora as ideias socialistas e social-democratas tivessem triunfado

muitas vezes, o fizeram quase sempre como contraponto à narrativa neoliberal e muitas vezes condicionadas pelas regras do jogo que decorrem dessa matriz política e ideológica.

Nos próximos anos, marcados pela transição e pela reinvenção dos modelos de organização económica e social, a narrativa neoliberal reconfigurada e a narrativa neossocial vão travar uma forte batalha pela liderança e pela afirmação como modelo para a nova etapa da globalização.

É fundamental que os socialistas, os social-democratas e todos os que se identificam com a esquerda moderna consigam desta vez levar à vitória a sua visão do mundo. O Euromanifesto 2009 tem que ser um aglutinador fundamental de pensamento e de vontades. Vale a pena acompanhar de forma activa a sua formulação e fazer das eleições europeias de 2009 um momento de viragem na importância da sensibilidade social e ambiental na regulação da globalização económica.

**Accção Socialista**

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

[www.accaosocialista.net](http://www.accaosocialista.net)

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco [cbranco@ps.pt](mailto:cbranco@ps.pt), Mary Rodrigues [mary@ps.pt](mailto:mary@ps.pt), Rui Solano de Almeida [rsolano@ps.pt](mailto:rsolano@ps.pt) ■ **Secretariado** Virgínia Damas [virginia@ps.pt](mailto:virginia@ps.pt)  
■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X  
■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

# Reforma laboral está no coração do modelo social europeu

TOMADA DE POSSE DAS SECÇÕES DE ACÇÃO SECTORIAL E TEMÁTICAS

A reforma laboral apresentada pelo Governo “está no coração do modelo social europeu” e contém “o maior e mais ambicioso conjunto de propostas para combater a precariedade”, afirmou o secretário-geral do PS, José Sócrates, que voltou a classificar de “lamentável” a postura do PCP e Bloco de Esquerda ao tentarem “boicotar” o acordo de alteração do Código do Trabalho em sede de concertação social e “condicionar” os sindicatos.

J. C. CASTELO BRANCO

SÓCRATES acusou ainda o líder do Bloco de tentar desacreditar a UGT ao afirmar que o líder desta central, João Proença, “andava a fazer sessões comigo promovendo as nossas propostas do Código do Trabalho. Mas ele nunca fez isso, sempre soube que o seu principal dever é com os trabalhadores”.

E lembrou, a propósito, que “o PS já se bateu no passado contra a unicidade” e “não aceita que se possam classificar os sindicatos em sérios e não sérios”.

O líder socialista, acompanhado por Vieira da Silva, titular da pasta do Trabalho e da Solidariedade Social, falava na cerimónia de tomada de posse dos recém-eleitos coordenadores e presidentes das assembleias gerais das secções de acção sectorial e temáticas, que decorreu na FIL, no Parque das Nações.

José Sócrates disse que o Governo está a “fazer tudo para obter o acordo entre sindicatos e empregadores” na concertação social, sublinhando que

“a aplicação das reformas será mais bem feita e eficiente” se houver “um novo consenso social”.

Salientando que revisão do Código do Trabalho tem como “pontos vitais” a defesa dos trabalhadores, das empresas e da economia”, sustentou que “as empresas precisam de maior flexibilidade na organização dos seus tempos de trabalho”, para assim responderem aos novos desafios que se colocam com a economia global.

Em relação à contratação colectiva, o secretário-geral do PS sublinhou ainda que a proposta de reforma laboral dá “um novo impulso” à negociação colectiva, já que permite que ao fim de dez anos as convenções possam ser negociadas “se uma das partes já não se revir” nas cláusulas anteriores.

Por outro lado, José Sócrates referiu que se há um elemento que marca as propostas socialistas de alteração do Código do Trabalho é o combate à precariedade, frisando que “nunca nenhum outro Governo foi tão ambicioso” nesta matéria.



E destacou, neste âmbito, a redução dos contratos a termo de seis para três anos, e a diferenciação no valor da taxa social única para os contratos a termo, em que os empregadores passam a pagar mais três por cento, em contraponto aos contratos sem termo, onde há uma diminuição de um por cento. “Este é um poderoso incentivo económico”, disse.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro destacou ainda as propostas para alterar o regime dos recibos verdes, considerando que constituem um “grande incentivo” a que os empregadores não abusem daquele regime. Ao contrário do que aconte-

cia com o anterior Código Laboral de Bagão Félix que constituía “uma via verde” para o abuso dos recibos verdes.

As propostas do Governo prevêem que os empregadores suportem cinco por cento dos encargos com a Segurança Social daqueles trabalhadores, que terão ainda uma redução de 7,4 por cento no montante que descontam.

José Sócrates salientou ainda que o novo enquadramento jurídico dos trabalhadores independentes “dará melhores condições” à Inspeção-Geral do Trabalho para fiscalizar a existência dos falsos recibos verdes.

Antes, o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, considerou a reforma laboral como “uma das iniciativas políticas mais relevantes” que o PS lançou nas últimas semanas, salientando que “é um documento com princípios, com ideias, mas que vai mais além, com propostas concretas”.

A reforma laboral, sublinhou, visa “auxiliar a economia a ter mais capacidade de adaptação, promover a negociação colectiva e reduzir a excessiva multiplicidade de relações de trabalho que produzem precariedade, em especial na população mais jovem”.

## JOÃO PROENÇA DESMENTE LOUÇA

NUNCA o secretário-geral da UGT, João Proença, participou em qualquer sessão de apresentação com o Governo da proposta de revisão do Código do Trabalho. A garantia é dada pelo próprio João Proença, num comunicado datado de 25 de Maio, no qual reage categoricamente contra o que descreve como “as mentiras” do deputado do BE Francisco Louça.

Exigindo o devido respeito pela autonomia do movimento sindical, João Proença esclarece que, na qualidade de líder da União Geral de Trabalhadores, tem participado em múltiplos debates realizados em partidos políticos, associações empresariais e universidades, entre outros fóruns, no âmbito dos quais tem tido a oportunidade de apresentar as propostas da UGT nesta matéria.

## Políticas sociais promovem o emprego

O PRIMEIRO-MINISTRO anunciou a criação de mais 10 mil postos de trabalho na visita que efectuou a um centro de acolhimento para crianças em risco, no Dia Mundial da Criança.

Na ocasião, garantiu que, no âmbito do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), e na sequência da construção de mais 618 novos equipamentos sociais, vão ser criados mais 10 mil novos postos de trabalho.

Apesar do esforço que o Governo tem vindo a desenvolver no sentido de baixar e de conter a despesa pública, com resultados excelentes e que há muito não eram alcançados em Portugal, nem por isso, disse, “deixamos de investir e de apostar todos os recursos financeiros possíveis nas diversas áreas de apoios sociais”.

O Centro de Acolhimento para Crianças em Risco, “Casa da Palmeira”, em Loures, agora inaugurado pelo primeiro-ministro, e pertencente à associação de solidariedade social Luís Pereira da Mota, contou com o



apoio financeiro do Estado, Câmara Municipal de Loures e de diversas entidades locais privadas.

Destina-se a acolher temporariamente crianças até aos 12 anos de idade, que por determinação dos tribunais tenham que ser retiradas às suas famílias.

Sócrates recordou que já existem 120 casas iguais em todo o país, 30 das quais, sublinhou, construídas nos últimos três anos, enquanto que outras dez se encontram em construção.

O primeiro-ministro disse ainda revelar-se de uma “enorme vantagem” a

aposta na cooperação entre o Estado e a sociedade civil para a promoção de mais e melhores equipamentos sociais, defendendo que não deve ser o Estado a assumir sozinho esse papel, mas antes a alavanca e o apoio para construir uma verdadeira e sustentada rede social de apoio.

Quanto à cobertura nacional de creches, o primeiro-ministro referiu que o Governo prevê que o país possa atingir em breve a taxa imposta pela União Europeia já em 2009, cenário que a acontecer “antecipará em um ano a recomendação da Comunidade”, acrescentando mais 408 equipamentos dotados de uma capacidade para receber 18.500 crianças, iniciativa que representará um investimento público no valor de 220 milhões de euros.

O objectivo, garantiu José Sócrates, é atingir já no próximo ano uma taxa de cobertura de 35% das necessidades do país nesta área, propósito que vai ao encontro de um dos objectivos do Governo, uma vez que as creches, frisou, “são decisivas para a vida mo-

derna”, assumindo-se por isso como “uma prioridade na política social do Governo” apostado que está, acrescentou, “em criar maiores incentivos à natalidade”.

As duas regiões do país onde se notam maiores dificuldades por parte das famílias em encontrarem uma creche disponível para os seus filhos, reside sobretudo nas áreas de Lisboa e do Porto, razão mais do que justificada, disse José Sócrates, para que o Governo tenha lançado a terceira fase do Programa PARES, que prevê o financiamento público de mais 65 novas creches a construir nestas duas áreas metropolitanas.

Ainda no âmbito das políticas governamentais de apoio aos mais desfavorecidos, o Governo assinou com diversas instituições de solidariedade social novos contratos que vão aumentar para 543 o número de novos equipamentos sociais, destinados sobretudo ao apoio de idosos e deficientes, um investimento calculado em cerca de 12,5 milhões de euros. R.S.A.

# Mulheres socialistas debatem com Vieira da Silva perspectivas de género no Código do Trabalho



O DEPARTAMENTO Nacional das Mulheres Socialistas (DNMS), presidido pela camarada Maria Manuela Augusto, realizou no passado dia 3 de Junho, na sede do PS, em Lisboa, uma sessão política sobre a "Igualdade de Género no Código do Trabalho", sessão que contou, para além de muitas militantes, com a presença do ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva e da secretária de Estado adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz.

Reconhecendo que a flexibilidade pode representar uma moeda de duas faces, "porque pode trazer coisas boas, como más", Vieira da Silva defendeu contudo que sem a introdução desta variante no mundo laboral "as economias não respondem bem", lembrando a este propósito o teletrabalho ou o banco de horas, que na sua opinião "poderão funcionar a favor dos trabalhadores".

Uma das formas de colmatar eventuais prejuízos ou constrangimentos causados pela flexibilidade, disse Vieira da Silva, é enveredar por soluções como as que o Governo tem vindo a seguir, nomeadamente criando e ampliando a rede de creches, medida que na sua perspectiva ajuda a promover não só o bem-estar das famílias, como responde ao objectivo de uma maior conciliação entre a vida familiar e o trabalho.

O ministro lembrou ainda outras propostas que o Governo está a discutir na concertação social tendo em vista a promoção da igualdade de género, designadamente, como frisou, aumentar a licença de paternidade para cinco meses, período que na proposta do Governo será compartilhado a 100%,

com a possibilidade ainda de acrescentar mais um mês, este último, lembrou, apenas compartilhado a 83%.

No caso da licença se prolongar até aos seis meses, disse ainda o ministro, a proposta do Executivo determina que "um dos meses terá obrigatoriamente que ser gozado pelo pai".

O titular da pasta do Trabalho e da Solidariedade Social mostrou-se confiante num acordo em sede de concertação social sobre as propostas de revisão da legislação laboral, defendendo que um acordo representaria um passo importante e um "avanço significativo".

## Medidas audazes e inovadoras

Também Maria Manuela Augusto, se mostrou confiante num acordo, sublinhando que a proposta do Governo apresenta medidas audazes, e de "grande coragem", que consolidam e inovam também a perspectiva de género na legislação laboral, acrescentando que elas estão "em coerência" com as políticas sociais que o Governo tem vindo a aprovar.

A filosofia que está subjacente à criação da licença de parentalidade, uma das medidas plasmadas na sua proposta governamental, disse ainda a presidente das mulheres socialistas "faz toda a diferença", desde logo, acrescentou, porque "condiciona o aumento dessa licença à partilha dos cuidados com os bebés".

Para Maria Manuela Augusto, a perspectiva de género tem que estar presente em todas as áreas de intervenção pública e política, sublinhando a sua

satisfação pelo facto do Governo ter introduzido na sua proposta medidas "ousadas e coerentes".

A maternidade assume um valor inestimável, defendeu, lembrando que tem sido, no entanto, "um factor de discriminação das mulheres no mercado de trabalho", uma vez que persiste a ideia estereotipada, na grande maioria dos empregadores, de que os homens "são trabalhadores mais disponíveis e livres de obrigações ao nível dos cuidados familiares".

Desta visão sobre os diferentes papéis entre homens e mulheres, disse ainda Maria Manuela Augusto, tem vindo a resultar um maior índice de desemprego feminino, mas também uma mais acentuada "desigualdade salarial", diferenças de oportunidades em termos de progressão na carreira e de promoção dentro das empresas.

Mas se esta realidade é injusta para as mulheres, frisou, tem vindo a penalizar igualmente os homens, que ainda estão sujeitos, como disse, a "múltiplos constrangimentos para conseguirem partilhar as responsabilidades na sua vida privada e familiar".

Por tudo isto, sublinhou, é pertinente que o futuro Código do Trabalho "contenha disposições claras e assertivas" que permitam aos pais trabalhadores essa partilha.

Segundo a presidente do DNMS, o Governo está certo ao avançar na sua proposta de reforma laboral, com o novo conceito de licença de parentalidade, medida que na sua opinião "vai permitir substituir as actuais e obsoletas licenças de maternidade, paternidade e adopção". **R.S.A.**

## OPINIÃO



**MIGUEL GINSTAL**  
Deputado do PS,  
Presidente da Subcomissão  
Parlamentar de Agricultura,  
Desenvolvimento Rural  
e Pescas

*A crise alimentar deve constituir uma oportunidade para Portugal debater de uma forma franca e aberta o futuro da sua agricultura*

# OS PRÓXIMOS DESAFIOS DA AGRICULTURA PORTUGUESA

ESTIVE recentemente na Eslovénia, a convite da Presidência Europeia numa reunião de presidentes das Comissões Parlamentares de Agricultura dos Parlamentos Nacionais da Europa dos 27 onde se debateu os desafios que colocam à Europa no quadro da revisão da Reforma da PAC, uma revisão que deverá ficar concluída até final de 2008, durante a Presidência francesa da UE.

Igualmente, na passada sexta-feira terminou a Cimeira sobre Segurança Alimentar promovida pela Organização para a Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO). Uma Cimeira de alto nível que reuniu durante três dias representantes de 193 países, incluindo 53 chefes de Estado e de Governo e onde Portugal se fez representar pelo ministro da Agricultura, Jaime Silva.

A crise alimentar abriu os noticiários em Abril e Maio. Uma crise mundial que se abateu sobre os mais desfavorecidos e sobre a qual muito se falou e sobretudo muito se especulou. Uma crise que expôs a fragilidade dos actuais sistemas alimentares mundiais, incluindo o sistema europeu.

O diagnóstico está feito. São vários os relatórios que têm sido produzidos nas últimas semanas pelas instâncias internacionais sobre a crise alimentar (FAO, OCDE, Comissão Europeia, só para citar alguns). A especulação dos mercados financeiros, os biocombustíveis, a diminuição da produção mundial em consequência de situações de seca, designadamente na Ucrânia, Estados Unidos e Austrália e ao aumento dos custos dos factores de produção decorrente escalada dos preços dos combustíveis foram os principais factores identificados para esta crise alimentar mundial. Uma situação que se adivinhava, mas nunca com uma rapidez tão avassaladora como viria a suceder.

Para as Nações Unidas (UN/FAO), "a comunidade internacional enfrenta a pior crise alimentar dos tempos modernos". Um facto indiscutível e que motivou a reunião de emergência que teve lugar em Roma na semana que passou, na qual o Mundo se comprometeu a reduzir para metade o número de pessoas com fome no mundo até 2015, bem como a abolirem as restrições aduaneiras que dificultam o comércio de produtos agrícolas, para permitir trocas "mais equitativas" dos bens agrícolas, designadamente com os países em vias de desenvolvimento.

De facto, a questão da liberalização do comércio agrícola é um aspecto importante para a Organização Mundial do Comércio (OMC) e constitui um dos vectores centrais da ronda de Doha, em que existe um impasse motivado pelas divergências entre os países ricos e países emergentes, em que estes últimos contestam a política de subsídios e as barreiras alfandegárias dos primeiros.

Por fim, os biocombustíveis. Este tem sido um outro ponto de discórdia a nível global e sobre o qual não foi possível atingir um acordo na reunião de Roma. Num momento em que o mundo assiste a uma escalada do

preço do petróleo, uma escalada que segundo as previsões dos economistas veio para ficar (algumas previsões apontam para preços de \$200/barril no curto prazo), a opção pelos biocombustíveis é, a meu ver, obrigatória. Uma opção que actualmente corresponde a apenas 2% dos solos cultivados na Europa.

Esta opção pela bioenergia deve ser uma opção responsável, baseada em critérios técnicos de aptidão do solo, que compatibilize as culturas energéticas dedicadas (colza, sorgo, girassol) e os biocombustíveis de 2.ª geração, resultantes do aproveitamento da biomassa resultante das agro-indústrias. Ou seja, a bioenergia deve ser encarada como uma fonte de energia verde estratégica para o futuro do desenvolvimento rural à escala global, inserida num contexto intersectorial em que a agricultura mantém na produção de alimentos o seu objectivo principal. Esta é uma visão crucial para a redução dos preços dos alimentos.

A crise alimentar deve constituir uma oportunidade para Portugal debater de uma forma franca e aberta o futuro da sua agricultura. O Governo encetou na passada segunda-feira, na Assembleia da República, um debate nacional sobre o "exame de saúde" da reforma da PAC. Uma reforma da PAC que desde cedo se revelou insensível do ponto de vista social, como oportunamente classificou o eurodeputado Capoulas Santos e sem capacidade de resposta a situações de crise alimentar como aquela que o mundo atravessa.

Uma revisão da reforma da PAC em que Portugal coloca algumas reservas. As principais preocupações nacionais centram-se nos seguintes domínios:

1) Medidas de compensação para as regiões mais afectadas, em consequência da política de desligamento das ajudas;

2) Quotas leiteiras: 2013 não pode ser o fim. É necessário um período de transição, que preveja ajudas para as regiões mais desfavorecidas;

2) Regime de intervenção que favoreça os países com dificuldades de aprovisionamento;

3) Reforço do 2.º pilar para fazer face aos novos desafios, designadamente alterações climáticas, biodiversidade e gestão da água e biocombustíveis de 2.ª geração.

Trata-se de um conjunto de preocupações que tive oportunidade de expressar junto da Comissária Europeia da Agricultura, Mariam Fischer Boel, na reunião dos parlamentares em Liubliana e que mereceu o apoio dos países da orla mediterrânica – Espanha, Itália e Grécia.

Ficou demonstrado que esta PAC não está preparada para responder a situações de crises. A Europa necessita urgentemente de definir uma estratégia de aprovisionamento de bens alimentar, uma rede europeia que garanta a segurança do aprovisionamento para gestão de crises que, na prossecução dos objectivos instituídos nos Tratados, assegure os rendimentos aos agricultores e assegure aos consumidores a produção de alimentos no espaço europeu.

## OPINIÃO



LUÍS MIGUEL  
FERREIRA  
S. João da Madeira

Portugal é o  
3º país dos 30  
da OCDE  
mais eficiente  
na adopção da  
Banda Larga

## FACTOS E NÚMEROS, APENAS!

A IMPORTÂNCIA da informação que é publicada, com enorme regularidade, por várias entidades em torno do tema “Banda Larga”, obrigam-me a falar algumas vezes sobre o assunto. No entanto, cada vez que falo, faço-o porque há novos dados que reforçam argumentos anteriores. Em termos muito objectivos, desta vez realço que:

1. A OCDE publicou a 19 de Maio as suas estatísticas sobre Banda Larga (BL), colocando Portugal em 24º lugar da lista de 30 países com uma taxa de penetração de Banda Larga reportada a Dezembro de 2007 de 14,4%. Este número reflecte apenas o número de subscritores de Banda Larga fixa, ignorando o fenómeno da BL móvel.
2. No mesmo dia 19 de Maio, a ANACOM publicou a sua informação estatística relativa já ao 1º trimestre 2008. Nesta informação confirma-se a taxa de penetração de BL fixa de 14,4% mas verifica-se ainda que a taxa de penetração do acesso à Internet em BL para os acessos móveis se situa nos 16,2 por 100 habitantes. Pela primeira vez o número de clientes de BL móvel ultrapassou o número de clientes da BL fixa.
3. A 1 de Maio foi publicado o *ranking* da Fundação Americana ITIF (The Information Technology and Innovation Foundation), onde se apresenta um índice em que, além da penetração de BL por agregado familiar, são considerados ainda outros



indicadores tais como a média da velocidade de download em Mbps e o preço mensal mais baixo em dólares. Neste índice, Portugal subiria quatro lugares em relação ao posicionamento obtido no *ranking* da OCDE e obtém um score acima da média, tendo em conta os mesmos 30 países considerados.

4. Outra entidade americana, Phoenix Center, numa outra tentativa de complementar a informação decorrente do *ranking* da BL da OCDE, publicou a 28 de Maio o Broadband Efficiency Index, concluindo que Portugal é o 3º país dos 30 da OCDE mais eficiente na adopção da Banda Larga. Os dados de base que deram forma a este relatório foram, precisamente, os valores da BL apresentados pela OCDE para Dezembro de 2007, introduzindo-se ainda outros aspectos como as características económicas e demográficas dos países considerados que condicionam, naturalmente, essa adopção.
5. A Comissão Europeia publicou a 18 de Abril o relatório i2010 mid-term review 2008, para o qual apresenta informação complementar relativa à penetração da tecnologia 3G (BL móvel). Portugal, neste indicador reportado a 2006, apresenta-se em 3º lugar da União Europeia (21,3%, contra uma média da UE de 10%).

Perante isto, desta vez reduzo-me a relatar estes factos e a reproduzir números publicados por entidades independentes. Cada um dos leitores retirará as suas próprias conclusões quanto ao desempenho de Portugal em matéria de Banda Larga!

## Túnel do Marão vai salvar vidas

O Marão terá, em 2012, o maior túnel da Península Ibérica. O Governo do PS assinou, no passado dia 31 de Maio, em Amarante, o contrato para construção desta infra-estrutura rodoviária constituída por duas galerias com 5,6 quilómetros sob a serra e um total de 13 interligações entre as galerias, num investimento de 350 milhões de euros.

A CONCESSÃO integra a concepção, construção, exploração e conservação de uma nova auto-estrada de 30 quilómetros constituída pelo lanço do IP4-A4 entre Amarante e Vila Real.

O arranque das obras deverá ser já no início do próximo ano, prevendo-se a conclusão do primeiro lanço, em 2010, e dos restantes dois anos depois.

A concessão foi adjudicada apenas 15 meses após o seu lançamento em 17 de Fevereiro de 2007.

A propósito desta obra de evidente importância, o primeiro-ministro, José Sócrates, disse que com ela se está a dar às pessoas de Trás-os-Montes “as mesmas condições e as mesmas oportunidades que todo o território nacional que já tem auto-estradas”.

Na ocasião, José Sócrates salientou que a adjudicação da auto-estrada Amarante-Vila Real é “um acto de justiça e solidariedade” para com os transmontanos, pois torna a região mais atractiva e competitiva. Segundo Sócrates, a construção da auto-estrada transmontana, entre Vila Real e Bragança, que será adjudicada em Setembro, vai “promover uma igualdade territorial” e “salvar vidas”, diminuindo a sinistralidade.

O Túnel do Marão, adiantou Sócrates, “é a primeira de oito concessões que o Governo vai adjudicar, que totalizam 1600 quilómetros de novas estradas”.

Neste capítulo, o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, referiu que desde 2005 foram lançados 1200 quilómetros de novas estradas, enquanto nos três anos anterior-



res foram apenas 360, significando isto que a governação socialista mais do que triplicou, até agora, o que foi feito pela direita.

Mário Lino destacou igualmente a redução do tempo que mediou entre o lançamento do concurso e adjudicação das grandes obras – que passou de dois a cinco anos para 15 meses – no caso desta concessão, revelando, porém, que o Executivo quer ainda baixar para os oito meses.

O titular da pasta das Obras Públicas manifestou-se ainda convencido de que será possível encurtar o prazo de construção do túnel do Marão, dos 44 meses previstos, para coincidir com a entrada em serviço da auto-estrada transmontana, que está na fase de apreciação de propostas.

As duas auto-estradas representam um investimento de 850 milhões de euros, lembrou.

Por sua vez, o secretário de Estado adjunto, das Obras Públicas e Comunicações, Paulo Campos, plantou um carvalho representando todas as árvores que serão plantadas substituindo as que forem derrubadas na construção da auto-estrada Amarante-Vila Real.

### Mais mobilidade com menos sinistralidade

Já o presidente da Câmara Municipal de Amarante pediu ao consórcio Estradas do Marão que vai executar a construção do túnel da A4 que sejam respeitadas as populações da serra e minimizados, ao máximo possível, os impactos

ambientais da obra, sem deixar de se congratular pelo prolongamento da auto-estrada até Vila Real.

A futura auto-estrada, que deverá servir mais de 120 mil habitantes, não se limitará a estabelecer uma ligação mais rápida e segura ao nordeste transmontano.

Associada à concessão da auto-estrada de Trás-os-Montes, permitirá também ligar o Porto à fronteira de Quintanilha e, posteriormente, a Espanha.

Assim, é expectável, conforme frisou o primeiro-ministro, que esta obra contribua igualmente para uma redução drástica da sinistralidade rodoviária – uma das prioridades da acção governativa.

O Governo estima uma diminuição de cerca de 40% da taxa de mortos e de feridos graves.

A auto-estrada permitirá ainda uma poupança substancial de tempo – calcula-se que este troço venha reduzir praticamente 50% no tempo de percurso entre Amarante e Vila Real, já que a velocidade média do material circulante aumentará 57%.

A destacar também que o Túnel do Marão é a primeira iniciativa na União Europeia em que será utilizado um instrumento de garantia inovador que apoia projectos transeuropeus de transportes – o LGTT –, criado e desenvolvido em conjunto pela Comissão Europeia e pelo Banco Europeu de Investimento (BEI).

O objectivo do LGTT consiste em aumentar e acelerar o investimento do sector privado nas redes transeuropeias. M.R.

### NOVOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS PARA PROMOVER O MARÃO

PARA divulgar as potencialidades do território transmontano, designadamente as associadas ao turismo de natureza, criando um pólo interpretativo e cultural virado para o Marão e as suas gentes através de iniciativas várias como conferências, colóquios e exposições, o presidente da Câmara Municipal de Amarante inaugurou o Centro Interpretativo e Cultural do Marão.

Numa cerimónia em que esteve presente o secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, Ascenso Simões, o edil socialista Armindo Abreu manifestou o seu desejo de que o centro “cumpra a sua função de dar a conhecer o território e, especialmente, o percurso do Marão às escolas e a todos os interessados pela natureza”.

Quanto ao edifício onde ficou sedeado este equipamento cultural, e que foi reabilitado completamente pela autarquia, Armindo Abreu frisou que “mais do

que o discurso, é o exemplo que motiva os cidadãos, mostrando-lhes que é preferível recuperar o velho do que construir o novo”.

E revelou que, à semelhança da recuperação produzida no imóvel em questão, haverá outras intervenções análogas noutros espaços do concelho, procurando respeitar os traços da arquitectura rural tradicional, visando a sua preservação e valorização.

Antes desta iniciativa, o presidente da autarquia de Amarante tinha inaugurado também o Museu Rural de Gondar, um projecto que contou com o apoio do Programa Leader e que visa, nas palavras do autarca socialista, “demonstrar ao universos de visitantes, de forma apelativa, a história da região em termos agrícolas, formas de vida e técnicas de trabalho, bem como dar a conhecer os numerosos utensílios e alfaias utilizados na lavoura”.

# Portugal avança (com) a Alta Velocidade

**O concurso público para o lançamento do primeiro troço, da rede de alta velocidade, que ligará Lisboa a Madrid, contou com a presença do primeiro-ministro.**

**Como referiu na altura José Sócrates, “este é um momento decisivo” que marca o “antes e o depois” do TGV passando a alta velocidade, como sublinhou, de uma ideia ou de uma intenção para uma “decisão política e uma opção estratégica”.**

JOSÉ Sócrates falava em Évora, na cerimónia de lançamento do concurso público do primeiro troço de alta velocidade, tendo na ocasião revelado igualmente que será lançado ainda durante 2008 o concurso público para a construção do troço entre Lisboa e Poceirão, percurso que incluirá, como recordou, a terceira travessia sobre o rio Tejo (TTT).

Para o primeiro-ministro, a ligação em alta velocidade entre Lisboa e a capital espanhola “é a nossa prioridade”, congratulando-se por Portugal estar finalmente a passar das palavras aos actos.

Este é o primeiro troço que marca o arranque de uma decisão que não podia esperar mais tempo, disse, garantindo que o equipamento em causa representará um passo fundamental para a modernidade do país, algo a que Portugal não podia voltar costas ou desistir, já que se trata, como defendeu, de uma infra-estrutura essencial para o nosso desenvolvimento, “para a melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos e para a sua economia”.

O primeiro-ministro não deixou igualmente de recordar as consequências positivas que o comboio de alta velocidade trouxe para a economia e bem-estar das populações dos países europeus que dispõem de TGV, tendo em alguns casos, como disse, “ultrapassado mesmo as melhores expectativas”.

Acompanhado pelo ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, e pela secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino, José Sócrates frisou que o projecto

de alta velocidade, a exemplo das profundas alterações provocadas pela rede de auto-estradas, vai igualmente alterar o ordenamento do território, “aproximar mais Portugal”. Serão as cidades de média dimensão, como defendeu, que “vão ficar mais próximas, quer da fronteira, quer dos restantes centros urbanos”, cenário que o primeiro-ministro não tem dúvidas “vai alterar e melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes”.

No âmbito da política comum de transportes, disse, por sua vez, o ministro dos Transportes, Mário Lino, as orientações da UE são claras no sentido de se assegurar a livre circulação de pessoas e bens no espaço comunitário, reduzindo distâncias e melhorando as ligações entre regiões periféricas e o centro da Europa.

Com base nesta orientação, frisou Mário Lino, pretende-se uma Europa mais coesa em termos territoriais e sociais, garantindo-se uma efectiva mobilidade de pessoas e bens através da ligação das principais cidades europeias numa lógica de rede transeuropeia de transportes.

A decisão de construir uma rede ferroviária de alta velocidade em Portugal, recordou ainda o titular dos Transportes, em particular nos eixos prioritários, “é uma decisão estratégica e da maior importância para o futuro do país” e como tal, recordou, “tem sido considerada por todos os governos”, em particular desde 2004.

E o tema reveste-se de facto, na opinião de Mário Lino, de grande im-



portância e actualidade, já que se trata de ligar as principais cidades portuguesas e europeias e de garantir uma aproximação entre os principais centros populacionais e económicos, onde a distância física “já não é hoje o factor decisivo para a competitividade, mas sim o binómio distância-tempo”.

O ministro dos Transportes anunciou ainda que a alta velocidade ferroviária entre Lisboa e o Porto estará em funcionamento em 2015, enquanto as ligações entre o Porto e Vigo e entre Lisboa e Madrid começarão a funcionar em 2013.

## Projecto de rigor e qualidade

Também a secretária de Estado, Ana Paula Vitorino, se referiu ao projecto, salientando a excelência de trabalho desenvolvido durante a sua preparação, o rigor quer no processo de orçamentação e na

qualidade “decisiva para a eficiência dos recursos públicos afectos ao projecto”.

A este propósito, a secretária de Estado realçou o significativo esforço alcançado pelo Governo desde que apresentou o primeiro Orçamento, em Dezembro de 2005, tendo conseguido entretanto “optimizar o valor estimado do projecto em mais de 11 por cento”, lembrando que este resultado é “fruto do árduo esforço das equipas e do recurso a ferramentas inovadoras” tendo-se baixado o preço entre 2005 e 2007 em cerca de 600 milhões de euros em relação às previsões de investimento para os eixos de alta velocidade Lisboa-Madrid e Lisboa-Porto.

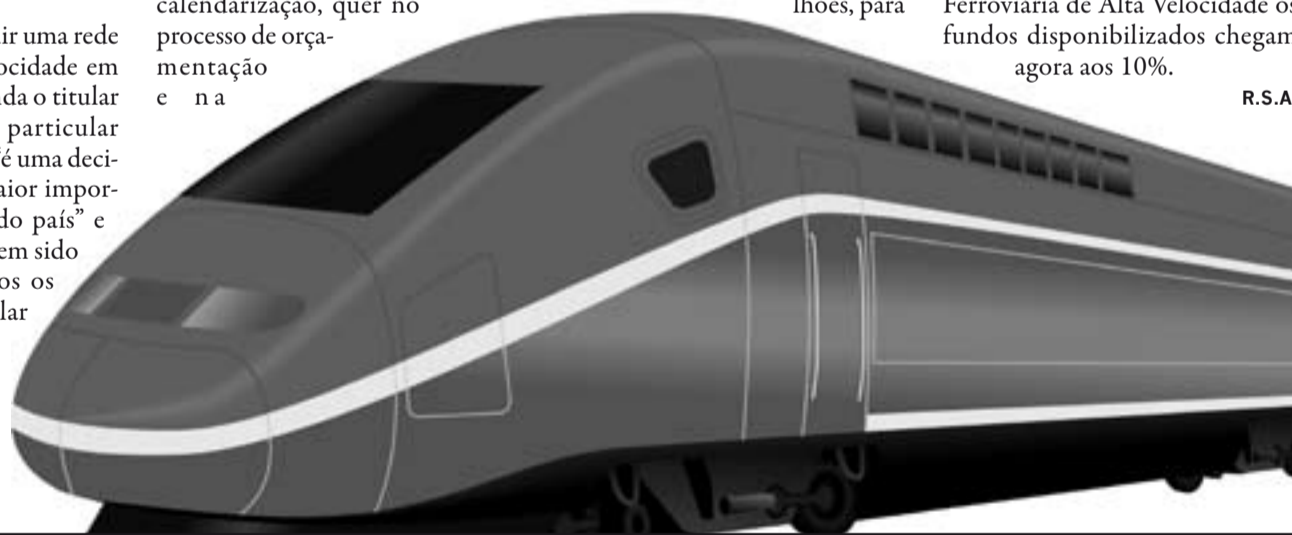
Também para o troço entre o Poceirão-Caia, recordou ainda Ana Paula Vitorino, as previsões apontavam em 2005 para os 2050 milhões de euros, tendo o ano passado baixado para os 1700 milhões, para

hoje se fixar numa estimativa que ronda os 1450 milhões de euros.

Desvalorizando as críticas que alguns sectores dirigem a RAV (Rede Ferroviária de Alta Velocidade), a secretária de Estado lembra que estudos já elaborados no âmbito deste projecto apontam para a criação de 36 mil postos de trabalho permanentes, aumento de investimento privado em cerca de 76 mil milhões de euros, crescimento do PIB em 99 mil milhões de euros, e aumento das receitas fiscais em 21 mil milhões de euros, números que, segundo a governante, “vão potenciar a economia e a indústria” e terão um efeito muito positivo na sustentabilidade e na competitividade internacional do país.

Ana Paula Vitorino lembrou ainda que o projecto de alta velocidade em Portugal tem vindo a merecer, ao longo de todo o processo, por parte da Comissão Europeia, um relevante reconhecimento, tendo a Europa atribuído a este projecto português 383 milhões de euros, ou seja, 10 por cento do montante total dedicado à ferrovia, valor “claramente superior ao peso equivalente do nosso país no contexto da UE e muito acima dos valores atribuídos anteriormente”, disse, uma vez que no anterior período financeiro e numa Europa a 15 Portugal beneficiou de 1,5% do total disponível dos fundos europeus das redes transeuropeias de transporte, enquanto para o projecto da Rede Ferroviária de Alta Velocidade os fundos disponibilizados chegam agora aos 10%.

R.S.A.



## Poceirão terá papel relevante na dinamização da economia regional e nacional

O POCEIRÃO “assumirá um contributo de relevo na dinamização da actividade económica regional e nacional, através da circulação de fluxos logísticos internacionais, nacionais e regionais da região de Lisboa e Vale do Tejo e o alargamento do ‘hinterland’ dos portos, por oferta de actividades logísticas complementares às portuárias”, afirmou o deputado do PS Nelson Baltazar no final de uma visita da Comissão Parlamentar das Obras Públicas, Transportes e Comunicações a esta plataforma logística.

Em face da sua dimensão, Nelson Baltazar referiu ao “Acção Socialista” que se estima que a plataforma logística do Poceirão “seja responsável pela criação de um número significativo de postos de trabalho, prestando um contributo directo ao desenvolvimento económico-social da península de Setúbal e da área metropolitana de Lisboa”.

Segundo sublinhou o deputado socialista, a implementação da Rede Nacional de Plataformas Logísticas tem como objectivo “potenciar o aproveitamento da privilegiada localização nacional face às rotas marítimas

e aéreas europeias e intercontinentais”.

Tendo ainda presente a necessidade de “optimizar os impactos ambientais do sistema de transporte nacional”, Nelson Baltazar disse que se torna igualmente “prioritário assegurar que o seu aperfeiçoamento e ampliação passem pelo desenvolvimento das vias ferroviárias” e frisou que “esta tem sido uma estratégia do Governo socialista que aposta em transformar Portugal numa Porta Atlântica para a Europa”.

Daí o facto, acrescentou, desta visita se enquadrar na deslocação ao Alentejo onde

esta plataforma logística, a base aérea de Beja para serviço civil e o porto de Sines “enquadram um triângulo de desenvolvimento estratégico, em particular se assumirmos a velocidade alta para transporte de mercadorias e o fecho do anel ferroviário circundante da área metropolitana de Lisboa”.

Na visita à plataforma logística do Poceirão participaram também os parlamentares socialistas Alberto Antunes, Fernando Jesus, Joana Lima, Jorge Fão, Horácio Antunes, João Gaspar e Teresa Morais Sarmiento. J. C. C. B.

## OPINIÃO

VENTURA LEITE  
Deputado do PS

*Cerrar fileiras a mais de um ano das eleições, em vez da utilização de uma estratégia inteligente, demonstra fragilidade política e medo*

## CERRAR FILEIRAS???

NO ÚLTIMO artigo que escrevi, em Abril, chamei a atenção para o que constitui um “quadro político, social, e económico estranho, imprevisível, logo, perigoso”, e para a dificuldade crescente da classe política de antecipar, com um mínimo de consistência, os problemas que temos pela frente não só em Portugal como na Europa e no mundo.

Sei que este tipo de artigos me tornará, se não é já o caso, uma espécie de Cassandra do “AS”.

Se assim for, paciência. Nem por isso deixarei de procurar fazer a minha parte.

A mais de um ano das eleições legislativas, parece que soou oficialmente o alarme e o apelo a cerrar fileiras!

Lamento. Este modo significa, quase sempre, descontrolo, desorientação, e até mesmo histeria.

No reino animal há espécies que perante o perigo se fecham nas suas conchas e carapaças, ou esticam espinhos, esperando que o perigo passe. Fazem-no assim porque essas são as armas que têm. As espécies que têm inteligência agem de outra forma.

Nas últimas três décadas, os partidos da nossa democracia realizaram um trabalho globalmente positivo. O Portugal de hoje é o resultado, em grande parte, dos sonhos de muitos daqueles que durante o regime anterior acreditaram e lutaram pela liberdade, pelo fim da guerra colonial, pelo regresso do país à Europa e ao mundo, contra a opressão, contra as desigualdades, pela justiça e pelo progresso.

As décadas que se seguiram ao 25 de Abril ofereceram à classe política portuguesa um enquadramento europeu, e mesmo mundial, muito favoráveis à construção do regime democrático e ao progresso material para a maioria dos portugueses.

Do ponto de vista conceptual e ideológico, esta evolução, mesmo que trabalhosa no terreno, não foi difícil para a maioria dos partidos. Porventura, o momento mais difícil para os partidos da esquerda foi o fim da irreversibilidade das nacionalizações. De resto, nada de especial relativamente ao mundo, e à sociedade. O deslumbramento da classe política pelas forças do mercado foi praticamente generalizado, à excepção do PCP.

À classe política não se pediu ou exigiu atenção ou incómodo para com problemas nascentes e potenciais para o futuro.

Num tal quadro, não se tornou necessária, e muito menos prioritária, alguma reforma ao nível dos partidos. A ocupação e utilização do aparelho do estado ofereceu um precioso e fácil instrumento de apoio à consolidação das estruturas partidárias.

Hoje, confrontamo-nos com um quadro económico e social em que a classe política nos parece apanhada de surpresa, o que é incompreensível para os cidadãos e mina a sua confiança nas instituições e no regime.

Esta situação consubstancia alguns paradoxos políticos actuais, o que não pode senão preocupar a sociedade numa era de incertezas e ameaças quanto ao futuro.

Um paradoxo consiste no facto de numa sociedade marcada pela disseminação do conhecimento e informação os políticos se apresentarem tão surpreendidos com a evolução diária dos acontecimentos na economia e suas implicações sociais (agravamento da pobreza, da fome etc.), como se afinal acompanhassem o País pelos jornais e televisão.

Outro paradoxo está no facto da classe política chamar a atenção dos cidadãos, bem como das organizações empresariais ou sociais, para a importância da sua evolução e modernização constantes, ou para o facto da mudança ser uma característica dos tempos actuais e do futuro previsível, mas esquecer que os partidos não se podem excluir dessas exigências.

Uma das consequências deste processo é que o debate interno partidário se tornou praticamente ausente, seja a nível concelhio ou a nível nacional.

No PS (tal como noutras forças políticas) não é oportuno discutir a orientação política do partido ou do Governo, quando se está no poder, porque se considera que isso enfraquece o Governo. Quando se está na oposição também não é oportuno, porque se considera que isso enfraquece o PS, ouvindo-se os habituais guardiães do templo defender que se deve é dirigir a energia para combater quem está no governo e não para criticar opções políticas anteriores, etc. Ou seja, há muito deixou de ser oportuno discutir questões de fundo, questões estratégicas ou prioridades políticas, económicas e sociais face à evolução dos acontecimentos.

Por isso, cerrar fileiras a mais de um ano das eleições, em vez da utilização de uma estratégia inteligente, demonstra fragilidade política e medo.

A atitude algo histérica a propósito das críticas recentes de alguns socialistas é igualmente um sinal no mesmo sentido. Na realidade, estas críticas são tanto mais úteis quando é certo que havendo uma grande preocupação entre a grande maioria dos militantes, estes se calam. Calar nunca foi historicamente uma atitude característica dos socialistas. Se a maioria dos socialistas se cala, então alguns que falem. Se não o fizerem não se saberá se não têm razão.

Cerrar fileiras? Mas contra o quê ou contra quem? O PSD? O BE?

Se essas forças políticas crescem, os únicos responsáveis somos nós!

Se a direita voltou ao poder em Itália, só a esquerda com os seus compromissos sem princípios e a sua incompetência são imputáveis.

Se não houver inteligência, até às próximas eleições espera-nos simplesmente um calvário e a saturação dos portugueses, sem que, contudo, PSD ou BE se constituam em verdadeiras alternativas para Portugal.

O maior risco que Portugal corre não está na economia ou nas contas públicas, mas na incapacidade política de mobilizar o melhor da Nação Portuguesa para vencer os desafios.

## As desigualdades combatem-se com mais qualificação



UM VERDADEIRO e efectivo combate a prazo às desigualdades faz-se pela melhoria do nível de qualificação dos cidadãos, defendeu o primeiro-ministro, José Sócrates, ao intervir no Fórum Qualificação 2008, que decorreu recentemente no Centro de Congressos de Lisboa, ocasião em que frisou que a política educativa do Governo já deixou um marco nesta área.

Na sessão, que também contou com a presença da ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, José Sócrates destacou que o número de alunos em cursos profissionalizantes cresceu de 30 mil em 2005 para 80 mil em 2007.

Segundo o chefe de Gover-

no, no próximo ano lectivo, o número de vagas em cursos profissionalizantes no 10º ano de escolaridade aumentará de 30 para 42 mil, isto é, mais 60%, criando-se assim as condições para que o nosso país atinja a meta internacional de ter uma oferta de 50% de estudantes em cursos profissionalizantes.

“O abandono escolar vence-se com o aumento da oferta dos cursos profissionalizantes. O abandono escolar é a maior chaga social”, apontou o primeiro-ministro, que se referiu depois em concreto ao tema das desigualdades.

“Se queremos melhorar a igualdade em Portugal, temos de melhorar a qualificação dos portugueses. Os cursos profissionalizantes e o programa

‘Novas Oportunidade’, que é frequentado por 400 mil portugueses, são ferramentas essenciais”, sustentou.

Após deixar clara a ideia de que as desigualdades essenciais, traduzidas sobretudo nas diferenças de rendimentos, “resultam principalmente entre aqueles que têm ou não têm o nono ano de escolaridade”, Sócrates rejeitou e criticou a desvalorização que, no passado, se fez em Portugal dos cursos profissionalizantes.

“Não aceito essa desvalorização. Todos os que escolherem a via profissionalizantes, escolheram bons cursos. No final 12º ano de escolaridade terão uma dupla certificação profissional e académica”, concluiu.

## Sistema de empréstimos já beneficia 3000 estudantes do superior

CERCA de 3000 jovens já beneficiam do sistema de empréstimos sem fiador lançado pelo Governo do PS no final de 2007 para apoio a estudantes do ensino superior, segundo dados divulgados pela Comissão de acompanhamento do sistema de empréstimos no seu primeiro relatório.

Trata-se de uma medida que se espalhou de norte a sul do país e está a beneficiar estudantes de todas as áreas científicas, refere a Comissão no relatório que acaba de divulgar.

Recorde-se que o sistema de empréstimos a estudantes do ensino superior foi desenvolvido no âmbito da prioridade dada pelo Governo ao alargamento da base social e do número de estudantes que frequentam o ensino superior.

Este sistema foi implementado de uma forma inédita



a nível europeu, com base num esquema de garantia mútua, facilitando aos estudantes uma taxa de juro mínima, com um spread máximo de 1,0% apurada com base na taxa dos swaps, não dependente de avales ou garantias patrimoniais, que será reduzida para estudantes com melhor aproveitamento escolar.

O prazo de reembolso é de 6 a 10 anos após a conclusão do curso e pelo menos 1

ano adicional de carência de capital.

Este sistema acresce aos mecanismos de acção social escolar e é fortemente marcado pelo princípio da universalidade, possibilitando também o apoio específico a alunos abrangidos por programas de mobilidade internacional, nomeadamente para estadas no estrangeiro no âmbito do Programa Erasmus e outros programas de intercâmbio internacional de estudantes.



# Acordo entre Governo e sindicatos sobre transferência de pessoal não docente para as autarquias

## EDUCAÇÃO

OS TRABALHADORES não docentes cujos vínculos expiravam a 31 de Julho vão ter os seus contratos renovados, anunciou o secretário de Estado da Educação, Valter Lemos, em conferência de Imprensa realizada no dia 4 sobre o acordo alcançado com os sindicatos sobre a transferência da gestão do pessoal não docente para as autarquias.

Valter Lemos adiantou ainda que serão abertos concursos para a contratação por tempo indeterminado dos 1596 não docentes cujo contrato terminava a 31 de Agosto sem possibilidade de renovação.

Este é um dos pontos constantes do “memorando de entendimento” assinado entre o secretário de Estado da Educação, Valter Lemos, o secretário de Estado adjunto e da Administração Local, Eduardo Cabrita, e o coordenador da Frente de Sindicatos da UGT, João Dias da Silva.

Valter Lemos sublinhou que este acordo “vai tornar o processo de transferência de competências para as autarquias mais eficiente e vai oferecer melhores condições aos intervenientes”, acrescentando que, por outro lado, “salvaguarda os direitos e as expectativas dos trabalhadores não docentes, que não serão beliscados com a mudança de tutela”.

Segundo o Ministério da Educação, são cerca de 36 mil o número de não docentes, como auxiliares de acção educativa e administrativos, cuja gestão passará a partir de Setembro para as autarquias.

O diploma sobre o alargamento da transferência de competências para as autarquias foi aprovado na generalidade em Conselho de Ministros a 21 de Fevereiro e prevê que as autarquias passem a assumir, a partir do próximo ano lectivo,



a responsabilidade pela gestão do pessoal não docente até ao 9º ano, a gestão do parque escolar e a acção social escolar nos 2º e 3º ciclos, assim como o transporte escolar do 3º ciclo, entre outras matérias.

“O processo está consubstanciado e será o maior processo de descentralização de competências desde a década de 80, quando os municípios assumiram a gestão do 1º ciclo”, afirmou o secretário de Estado adjunto da Administração Local, Eduardo Cabrita.

Na conferência de Imprensa, o coordenador da Frente de Sindicatos da UGT, que integra a Federação Nacional dos Sindicatos da Educação, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública e o Sindicato Nacional dos Profissionais da Educação, congratulou-se com a possibilidade de os sindicatos acompanharem a concretização dos contratos de execução das autarquias e a sua implementação.

No dia 4 foi também assinado outro memorando de entendimento, mas com o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado. Na ocasião, Valter Lemos considerou que o número de quadros técnicos superiores nas escolas é “insuficiente” e anunciou que serão abertos concursos para a integração nos

quadros de cerca de 1600 trabalhadores desta categoria nos Centros Novas Oportunidades que se encontravam a recibos verdes.

### Completada reforma mais ambiciosa da Administração Pública

Entretanto, o Conselho de Ministros de 29 de Maio aprovou os diplomas que concluem a reforma da legislação relativa à Administração Pública, no âmbito dos acordos celebrados com os sindicatos.

No final da reunião do Governo, o ministro de Estado e das Finanças, Teixeira dos Santos, afirmou que “estamos perante a reforma mais ambiciosa e mais profunda adoptada em muitas décadas de Administração Pública”, acrescentando que a partir de agora “a tarefa do Governo será a de concretizar o novo quadro legislativo”.

Os diplomas aprovados são o regime do contrato de trabalho em funções públicas; o regime de protecção social dos trabalhadores que exercem funções públicas; as normas da transição para as novas carreiras gerais; e os níveis da tabela remuneratória única correspondentes às posições remuneratórias das categorias das três novas carreiras gerais.

# Nunes Correia promete mais fiscalização dos resíduos perigosos

## AMBIENTE

O MINISTRO do Ambiente, Nunes Correia, afirmou que irá haver um reforço da vigilância sobre os empresários para garantir que os Resíduos Industriais Perigosos (RIP) sejam todos tratados pelos sistemas de valorização ambiental, sublinhando que agora “não há desculpas para procedimentos menos correctos”.

Falando durante a apresentação dos dois Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos (CIRVER), que estão instalados na Chamusca, Nunes

Correia prometeu uma especial atenção do seu ministério a quem ainda insiste em “varrer o lixo para debaixo do tapete”.

“OS CIRVER desempenham um papel muito importante porque vão permitir levar ao limite do possível a reutilização e a valorização material dos resíduos” e a “fracção que não pode ser recuperada será conduzida para co-incineração”, explicou o ministro.

Os dados indicam um passivo de 300 mil toneladas de passivo ambiental acumulado em resíduos perigosos, mas o ministro estima que esse valor seja ainda superior, porque, referiu, mui-

tos são “varridos para debaixo do tapete em situações que são ilegais e ilícitas e que não são desejáveis do ponto de vista ambiental”.

Por isso, prometeu que os “serviços de inspecção ambiental estarão activos para assegurar” a fiscalização das empresas e o objectivo é “contrariar a exportação” que actualmente existe.

Os CIRVER, que vão tratar 80 a 85 por cento das 250 a 300 mil toneladas de resíduos perigosos em Portugal, representam um investimento da ordem dos 50 milhões de euros, prevendo-se que criem cerca de cem postos de trabalho.

## OPINIÃO



MARTA REBELO  
Deputada do PS

*A receita correcta para a esquerda: o trato entre os valores de sempre e os novos instrumentos de uma política de optimismo realista*

# GOVERNAR À ESQUERDA NO CONTEXTO GLOBAL

DEBATI recentemente, a convite da Secção da Póvoa de Santa Iria e da Concelhia de Vila Franca de Xira, a sempre renovada questão: o que é governar à esquerda?

Destrinçar esquerda e direita e os seus patrimónios ideológicos e práticos é retomar a discussão em torno do binómio igualdade/liberdade. A esquerda faz prevalecer a primeira, enquanto a direita prefere com exclusivo a segunda.

Durante décadas viveu-se a ilusão de que a igualdade era privilegiada sobretudo no Bloco de Leste, que caiu com o Muro de Berlim. O fracasso do modelo soviético tornou patente que o valor central de qualquer programa político com pretensões de transformação social é indubitavelmente a liberdade. Mas sem igualdade redistributiva não há homem livre.

Apenas a disponibilização de meios que permitam aos mais desfavorecidos atingir o bem-estar e colocar-se em situação de igualdade de possibilidades e oportunidades – já que o ponto de partida é de desigualdade profunda – poderá o Homem ser realmente livre, e só pela redistribuição estaremos a promover a igualdade em justiça. É este o património inalienável da esquerda.

Contemporaneamente, a esquerda tem de empregar pragmatismo na articulação entre os seus princípios e valores e o contexto em que nos movemos: a economia de mercado e a globalização. A esquerda da Terceira Via (ou de uma quarta), a esquerda moderna, convive com premissas liberais e com retrocessos decorrentes da situação global.

Há quem fale, a este propósito, das vítimas da globalização e da substituição das forças políticas tradicionais por forças que dividem, de uma low trust society. Muitas destas vítimas da globalização são vencedores de lutas da esquerda travadas no século passado: é o caso das mulheres e dos homossexuais, que julgavam estar muito perto da verdadeira igualdade, e deparam-se agora com a necessidade de voltar a lutar por essa igualdade, com a constituição de novas comunidades. Vejam-se as novas comunidades muçulmanas, no âmbito das quais as mulheres têm um papel muito distinto do paradigma paritário pelo qual lutamos.

Hoje, os cidadãos querem políticas tradutoras de posições sociais e até morais – e há quem diga que a esquerda tem de ser moralista e não apenas seguir a sua ética.

Um dos domínios no qual a esquerda é atacada por desconvoar os seus valores e princípios distintivos é, precisamente, o das Finanças Públicas.

Participei na última conferência anual da Policy Network, em Abril último, onde ouvi o ministro das Finanças do Chile, André Velasco, afirmar com acutilância quatro premissas óbvias, mas que perdem esta naturalidade quando olhamos para a assertividade crítica dos media: 1) O crescimento económico é um objectivo da esquerda progressista – um meio e não um fim, como prefere a direita –, e passa pela inovação, pelo conhecimento tecnológico e pelo investimento intensivo na educação; 2) O comércio livre é um valor da esquerda progressista; 3) A responsabilidade fiscal e financeira é realmente um valor da esquerda: a contenção do défice e da dívida pública é essencial para que seja possível regular o investimento público e deslocá-lo para a realização de despesas sociais e para garantir a existência dos serviços públicos essenciais; 4) Por fim, o populismo não é um valor da esquerda – é sedutor, mas ineficaz e irrealista, acabando sempre em crise e inflação.

A receita correcta para a esquerda: o trato entre os valores de sempre e os novos instrumentos de uma política de optimismo realista.

Ante o contexto global, como é que o PS governa à esquerda, neste convívio de premissas, realidades, instrumentos? Vivemos sob a permanente acusação de governarmos à direita. Porque interessa às esquerdas imobilistas e sem responsabilidades. Porque interessa a uma direita que nos acusa de replicar sem competência as suas políticas.

Não me assiste qualquer dúvida: governamos Portugal à esquerda. E através de comparações breves afastamos a acusação falsa: a reforma da segurança social, tão elogiada pela OCDE, e a reforma privatista que a direita do PSD propunha; a eficiência fiscal, comparada com a cessão de créditos fiscais e medidas que tais dos anteriores governos de direita – o saudável funcionamento do fisco é uma premissa essencial de igualdade a priori e a posteriori, permitindo políticas de redistribuição; a revisão do Código do Trabalho, e aquele que herdámos da coligação de direita; a realização do referendo sobre a IVG e subsequente alteração da lei penal.

O PS governa à esquerda, sem véus ilusórios, fiel à sua ética, valores e princípios. E defensor de uma política de optimismo.

# Moção de censura do CDS foi puro oportunismo

**O primeiro-ministro criticou a moção de censura apresentada pelo CDS/PP, e discutida no passado dia 5 de Junho, no Parlamento, classificando-a como “oportunista” e sustentada em pressupostos demagógicos.**

**A moção de censura foi rejeitada, pois teve apenas os votos favoráveis dos proponentes. PSD, PCP e BE abstiveram-se e, claro, o PS votou contra.**

NA OPINIÃO de José Sócrates, o CDS faz parte daqueles que pensam, “de forma demagógica”, em retirar vantagens partidárias do aumento do preço do petróleo, dos bens alimentares ou das taxas de juro europeias, sabendo embora “que nenhum desses factores se deve à acção do Governo português”.

Para o CDS, disse alguém com alguma graça, recordou o primeiro-ministro, “o pecado capital do Governo é que em três anos não foi capaz de descobrir um único poço de petróleo”.

As propostas políticas defendidas pelos dirigentes do CDS/PP, são, na opinião de José Sócrates, “oportunistas” e rolam ao sabor das ocasiões.

Apontam, disse, num sentido “quando o partido está no Governo e para o seu contrário quando o CDS está na oposição”.

Mas a questão política que esta moção de censura suscita, afirmou ainda o primeiro-ministro, não se

resume só à particularidade de ser um “acto de puro oportunismo”, mas também a de uma “enorme irresponsabilidade”.

Irresponsabilidade que começa, como defendeu, e desde logo, no texto que serve de fundamento à moção de censura apresentada, porque mais do que um “argumentário político”, ele é um “catálogo das novas obsessões do CDS/PP”, fixadas na Administração Fiscal e na ASAE.

O que o CDS/PP quer com esta moção de censura, não é tanto censurar o Governo, “mas antes censurar a autoridade do Estado”, algo que em teoria o CDS/PP diz-se defensor, mas que na prática, frisou José Sócrates, “quer combater, mostrando um propósito para o derrubar”.

Para o primeiro-ministro, não é sério criticar os serviços que fazem um importante esforço para garantir o cumprimento da lei, seja no combate à fuga e à evasão fiscais, seja na defesa do direito dos consu-

midores à segurança alimentar.

O problema, “e é para esse lado que o CDS/PP deveria voltar a sua atenção”, aconselhou o primeiro-ministro, não está em haver fiscalização a mais. O que está a mais “é a fuga ao fisco e às contribuições para a Segurança Social” e a ideia errada, que o CDS/PP tem vindo a veicular, disse ainda José Sócrates, de que a ASAE deve abrandar a vigilância que tem vindo a exercer, medida que seria “contrária e prejudicial aos interesses e aos direitos legítimos dos consumidores”.

O que o CDS/PP devia atender e valorizar, sublinhou o primeiro-ministro, são os problemas que este Governo tem enfrentado e resolvido, como a gravíssima crise financeira e orçamental que a “anterior maioria PSD/CDS/PP tinha agravado”, e fê-lo “sem recurso a truques e maquilhagens contabilísticas, e sem usar receitas extraordinárias geradoras de encargos futuros”, prática a que aliás, lembrou o primeiro-ministro, o governo anterior recorreu “deixando o país à beira de uma segunda e perigosa recessão económica”.

Este é o Governo, venceu o primeiro-ministro, que conseguiu inverter o anterior paradigma económico, “deixado pelos governos da direita”, empreendendo reformas estruturais, designadamente na Segurança Social, na Admi-

nistração Pública, na educação e na saúde.

Portugal, com esta política, acrescentou ainda, conseguiu reduzir o peso da despesa pública e, em particular, o peso da despesa com pessoal da Administração Pública, ao mesmo tempo que, como é necessário, “aumentou o peso das despesas com a protecção social, para combater a pobreza e as desigualdades”.

A verdade, lembrou José Sócrates, é que em 2007, o peso da despesa, em percentagem do PIB, era em Portugal inferior à média da União Europeia, e o peso da receita fiscal estava abaixo das médias da UE. Tudo isto, recordou, “e o muito mais que este Governo conseguiu em prol do progresso e sustentabilidade da economia portuguesa”, foi conseguido graças à política orçamental do Governo, e não à “oposição do CDS/PP”.

A verdade, disse ainda o chefe do Executivo, é que não tem paralelo o esforço político da maioria do PS na melhoria da protecção social e no combate às desigualdades.

Disso fala o aumento do salário mínimo, “o maior da década”, e assim continuará “até que em 2011 se atinja os 500 euros mensais”, beneficiando directamente mais de 200 mil portugueses.

Hoje, frisou José Sócrates, mais de 80 mil idosos recebem o complemento solidário, o que lhes ga-

rante rendimentos mensais de 400 euros, dispõem ainda de reduções no preço dos medicamentos e um apoio específico para o acesso à saúde oral.

Para além destes avanços, os mais idosos beneficiam ainda da redução em 50% do valor das taxas moderadoras na saúde, medida que abrange cerca de 350 mil cidadãos maiores de 65 anos de idade.

Que não haja dúvida sobre as diferenças que separam a esquerda democrática da direita em matéria social, afirmou o primeiro-ministro. Elas são evidentes.

Por isso, manter-se-á o rumo “não ignorando a realidade das novas dificuldades” fruto em grande parte das “incertezas e da situação económica internacional”.

Mas há duas maneiras de lidar com esta situação: uma é a opção dos conservadores e dos demagogos, “que prometem soluções imediatas a todos os interesses particulares, mesmo sabendo que isso significa o prejuízo do interesse geral. A outra é lidar com as dificuldades, de forma responsável, mantendo o rumo e o rigor das políticas, puxando pela economia e reforçando o apoio social aos grupos mais carenciados”.

É este o caminho certo, o único que incute confiança e que merece crédito. É este o caminho que o Governo da maioria do PS está a seguir e assim continuará. **R.S.A.**



# Grande reforma nas políticas do Ambiente

OS REGIMES jurídicos da conservação da natureza e da Reserva Ecológica Nacional (REN) e o Fundo de Intervenção Ambiental (FIA) são os mais emblemáticos dos 15 diplomas aprovados pelo Governo na área do Ambiente.

Em conferência de Imprensa no final do Conselho de Ministros, o ministro do Ambiente, Nunes Correia, referiu que este conjunto de diplomas “têm um enorme significado para a política do ambiente em Portugal”.

No Conselho de Ministros, realizado no Dia Mundial do Ambiente, 5 de Junho, foi aprovado o regulamento do Fundo de Intervenção Ambiental, que servirá para o Governo “reparar” danos ambientais, que será financiado pelas coimas ambientais que vierem a ser cobradas.

O FIA é um fundo público destinado “a prevenir e reparar primordialmente danos a comportamentos ambientais naturais ou humanos, sejam eles resultantes da acção humana ou produto das forças da natureza, que exijam uma intervenção rápida ou para os quais se não possam mobilizar outros instrumentos jurídicos e financeiros”.

Também foi aprovada uma resolução sobre o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 relativo ao território continental, que vem trazer “mais transparência e permitir aos cidadãos saberem as regras para estas áreas protegidas”, afirmou Nunes Correia.

Esta resolução visa “a adopção de um conjunto de princípios relativos à gestão territorial das áreas que integram a Rede Natura 2000 e estabelece as medidas genericamente adequadas à conservação das espé-



cies da fauna, flora e habitats”.

Por outro lado, o ministro qualificou de “grande reforma” o regime jurídico da REN, aprovado na generalidade para consultas, e que, frisou, “clarifica o papel de cada entidade, incluindo as câmaras municipais, que “são chamadas a fazer uma proposta de delimitação da REN”. E sublinhou que esta “é uma grande reforma que estamos a empreender”.

Segundo o comunicado do Conselho de Ministros, com o decreto-lei que estabelece o regime jurídico da REN, aprovado na generalidade para consultas, “visa-se a simplificação e a eficiência dos procedimentos de delimitação da REN, essenciais para a necessária salvaguarda dos valores ecológicos e da dinâmica dos processos económicos, sociais e ambientais de desenvolvimento territorial, clarificando-se conceitos e harmonizando-se os critérios e os procedimentos”.

Em Conselho de Ministros foram aprovados os seguintes diplomas:

o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade, o regime jurídico da REN, o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, os planos de ordenamento dos estuários, o regime de protecção das albufeiras de águas públicas de serviço público e das lagoas de águas públicas, o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais e o regulamento do FIA

O Governo anunciou ainda a aprovação dos planos de ordenamento de oito áreas protegidas – Parque Natural do Tejo Internacional, da Área Protegida da Serra do Açor, da Paisagem Protegida da Arrábida Fóssil da Costa da Caparica, da Reserva Natural dos Estuários do Tejo e do Sado, da Reserva Natural das Berlengas, do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António e ainda do Parque Natural de Montesinho.

Alguns destes planos, sublinhou Nunes Correia, estão a ser aprovados com “20 anos ou mais de atraso” e são importantes para se fazer “uma boa gestão”.

## OPINIÃO



**INÊS DRUMMOND**  
Secretária-coordenadora da Secção de Benfica e S. Domingos de Benfica; membro do Secretariado Nacional da UGT

*O índice de pobreza tem vindo a baixar em Portugal. De 2004 para 2007 passou de 20% para 18%, isto é, em apenas três anos desceu 2%*

## POR MAIS JUSTIÇA SOCIAL, CONTRA A POBREZA E O AGRAVAMENTO DAS DESIGUALDADES

UM RECENTE estudo da Eurostat coloca Portugal como sendo o país da União Europeia com maiores desigualdades sociais, no entanto, a informação veiculada pela comunicação social só não referiu que tinha por base dados recolhidos em 2004.

A falta de rigor da informação tinha o objectivo claro de pôr em causa as políticas do Governo em matéria social, de combate às desigualdades, à exclusão e à pobreza.

É de facto extraordinário ver a oposição falar com grande indignação relativamente às conclusões do relatório, sendo que parte dela, esquece-se que foi directamente responsável, pois estava no Governo em 2004. Se não é fraca memória, trata-se de falta de rigor ou completo alheamento da realidade.

O Governo do Partido Socialista herdou um país com um descontrolo das contas públicas que, em 2005, se cifrava num défice de 6,1% do PIB. Graças a uma rigorosa política de controlo, contenção e redução da despesa pública conseguimos atingir os 2,6% em 2007. Mas ao contrário do que se apregoa, a política de consolidação orçamental, embora assumidamente prioritária, foi acompanhada por diversas outras medidas. O Governo não deixou de intervir em outras áreas, procurando lançar políticas integradas com o objectivo de obter mais justiça social, canalizando recursos para o combate às desigualdades, à exclusão social e à pobreza.

O PS é um partido reformista e tem procurado atacar os problemas sem subordinar a gestão dos *dossiers* ao calendário eleitoral. Muitos foram os sacrifícios pedidos aos portugueses e agora é a altura de prestar contas e mostrar aos portugueses que medidas foram tomadas por este Governo para combater os problemas sociais. Vejamos:

- Plano Nacional de Acção para a Inclusão que tem por objectivo combater a pobreza procurando corrigir as desvantagens na educação e na formação/qualificação para potenciar a entrada e permanência no mercado de trabalho, combater as discriminações reforçando a integração de pessoas portadoras de deficiências e imigrantes e assegurar o acesso de todos a direitos básicos de cidadania;
- Plano para a Integração dos Imigrantes com políticas sociais integradas sobretudo nas áreas do trabalho, saúde, habitação e educação na perspectiva do combate ao racismo e à discriminação, promovendo a igualdade de género e a cidadania;
- Acordo sobre o salário mínimo, passo histórico no domínio do diálogo social e do combate à precariedade, tendo-se fixado a meta para o salário mínimo nos 500 euros, para atingir gradualmente até 2011, com 5,7% de aumento em 2008;
- Abono de família pré-natal dirigido às famílias mais carenciadas e incentivar o aumento da natalidade;
- Subsídio social de maternidade para mães sem carreira contributiva;
- Reforma da Segurança Social que permitiu a saída de Portugal da zona de alto risco em termos da sustentabilidade do seu sistema de Segurança Social;
- Reforma do Rendimento Social de Inserção reforçando a sua natureza e justiça social, mas com mais rigor, transparência e fiscalização (abrangendo os 316.000 beneficiários);
- Complemento solidário para idosos, permitindo que, até 2009, cerca de 300.000 idosos possam ver o seu rendimento inicial aumentado em 20%;
- Alargamento da rede de equipamentos para a primeira infância através de incentivos fiscais para a construção de creches e jardins-de-infância.

Fruto destas políticas, o índice de pobreza tem vindo a baixar em Portugal. De 2004 para 2007 passou de 20% para 18%, isto é, em apenas três anos desceu 2%, ao passo que em 10 anos a média da UE desceu apenas 1% (de 17% em 1996 para 16% em 2006).

Estes resultados não nos devem envergonhar, mas sim motivar no sentido de continuar a travar a batalha contra a pobreza e as desigualdades sociais. Muito há por fazer!

Estamos a atravessar uma crise internacional sem precedentes e que nos afecta directamente.

O Governo, na tentativa de minorar esse impacto, anunciou, no passado dia 21 de Maio, duas medidas essenciais: o congelamento até ao final do ano do preço dos passes sociais e o aumento de 25% do abono de família do 1º e 2º escalão, beneficiando assim e no imediato cerca de 900 mil famílias.

“O Governo é autista” e as medidas anunciadas são “mígalhas” reclama a oposição. A pergunta que se deve deixar aos mais críticos é: E se o défice se mantivesse acima dos 3,5%? Seria possível no imediato e com responsabilidade, disponibilizar 120 milhões de euros do Orçamento de Estado para estas medidas? Não devem ter resposta...

## Portugal assume a presidência da iniciativa Eureka

O MINISTRO da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Mariano Gago, participou no dia 6 de Junho, em Liubliana, Eslovénia, na XXIII Sessão da Conferência de Ministros Eureka, que assinalou o termo da presidência eslovena do Eureka e a passagem de testemunho para Portugal, que presidirá a esta iniciativa de Julho de 2008 a Junho de 2009.

Na ocasião, Mariano Gago anunciou as principais linhas estratégicas da presidência portuguesa, que se centram numa política de continuidade que privilegiará o reforço da cooperação internacional, nomeadamente a procura de parceiros fora da Europa e a promoção de novos projectos na área das Fontes de Energia Limpas e Renováveis.

No âmbito da iniciativa Eureka,



Portugal participa actualmente em 20 projectos, com uma dotação orçamental de 11,2 milhões de euros e envolvendo 19 Pequenas e Médias Empresas (PME), oito unidades de I&D e três universidades.

No passado foram desenvolvidos 158 projectos, entretanto concluídos, nos quais participaram 114

PME, 81 unidades de I&D e 62 universidades, contando com um orçamento de 122,6 milhões de euros.

A iniciativa Eureka, à qual Portugal presidiu pela primeira vez em 1998, no Governo de António Guterres, tem como objectivo o estímulo à criatividade e à competitividade da indústria europeia, potenciando a ligação entre as empresas que produzem serviços e produtos, as instituições de Investigação e Desenvolvimento e as Universidades.

O Eureka visa igualmente incentivar a cooperação entre empresas e institutos para que desenvolvam em parceria produtos tecnologicamente inovadores com perspectiva de mercado a nível europeu e mundial.

## OPINIÃO

NUNO DAVID, MARIA JOSÉ GAMA, PEDRO TITO DE MORAIS, LUIS NOVAES TITO, SÉRGIO PESSOA  
Militantes da região de Lisboa e membros da CNOS/Lisboa

*É preciso retomar o espírito de diálogo, o gosto pela polémica e a assumpção da crítica política como instrumentos da democracia e do desenvolvimento económico, e não como seus inconvenientes*

## 25 DE ABRIL: 34 ANOS, CRISE OU MUDANÇA?

O RECENTE 34º aniversário do 25 de Abril contribuiu para demonstrar que grande parte dos jovens está desinteressada da política, desconhecendo não só o que se passou durante a revolução, mas também os seus próprios objectivos. Esta constatação é tanto mais relevante quando se verifica que as diferenças entre o envolvimento na política dos jovens adultos e o resto da população activa são, afinal de conta, reduzidas (vide estudo CESOP da Universidade Católica Portuguesa). Impõe-se uma pergunta: Apesar do aumento dos níveis médios de educação (ainda que claramente insuficientes) e da sua crescente massificação, porque continua a esmagadora maioria dos jovens desinteressados da participação política?

Para quem, como muitos socialistas, viveu intensamente os dias da revolução e colaborou na construção que se lhe seguiu da sociedade livre e democrática, a constatação desse alheamento é alarmante. Bem como a deriva que o país, seguindo o Mundo, tem tido: onde havia solidariedade, interesse pelo bem-estar do próximo, cumplicidade e cooperação, encontramos também agora insegurança no futuro, competição extrema, agressividade nas relações, um quadro ético social disperso, ausente de utopias, de objectivos políticos e colectivamente concertados. De onde advém esta crescente insegurança? Esse desencanto, pela Política?

Em grande parte, do impacto da globalização desregulamentada e das ideias neoliberais nos mecanismos da democracia representativa. Das novas e gritantes desigualdades e do aumento do risco de pobreza para uma considerável fatia dos portugueses, dificultando a capacidade de intervenção política dos mais desfavorecidos. Mas também o facto da classe política não ter sabido mobilizar a maioria dos cidadãos – e com eles os jovens – para a actividade política, em resultado de um crescente clima de insegurança e promiscuidade entre diferentes poderes, que criam um contexto de suspeição e desconfiança no Estado democrático.

Pode afirmar-se, contudo, que a mola inspiradora dos Capitães do MFA – “Democratizar, Descolonizar e Desenvolver” – se vem diluindo nas liberdades, nos direitos e nas novas e melhores condições de vida que o 25 de Abril nos trouxe, que para os jovens apareceram “já feitos”, sem dificuldade ou luta. Após 34 anos de prática da Democracia e de 23 governos, estamos, apesar de tudo, ainda longe da satisfação plena dos desideratos da Revolução. Para além do quadro da crise actual internacional, existem problemas estruturais no nosso país que serão demorados e complicados de resolver. Não só exigem dedicação e competência da parte da governação, como alteração das mentalidades e da cultura da população, ainda muito ligada à iliteracia e a um decorrente alheamento da cidadania activa.

Tem procurado o actual Governo, com a determinação de quem tem a noção que está a fazer a coisa certa, melhorar alguns destes aspectos estruturais. Pela sua natureza, este esforço poderá demorar gerações. A reorganização do Estado, em termos financeiros e funcionais, tem sido conduzida com perseverança e obtido alguns resultados, nomeadamente no equilíbrio das contas públicas. Contudo, não se afigura que a correcção dos desequilíbrios financeiros seja suficiente para envolver os portugueses nas dinâmicas socioeconómicas e de participação cívica necessárias para descolarmos da actual atitude negativista e passiva. É preciso demonstrar que a política não prescinde dos ideais, enquadrar os partidos políticos num debate que se forme do seu interior para o exterior, mas também do exterior para o interior, envolver a Comunidade no seu debate e ensinar a pensar politicamente. É preciso retomar o espírito de diálogo, o gosto pela polémica e a assumpção da crítica política como instrumentos da democracia e do desenvolvimento económico, e não como seus inconvenientes.

No PS tivemos e temos vultos da cultura e do pensamento que desse intuito foram e são exemplos. Em tempos de incerteza em sectores fundamentais para o equilíbrio colectivo da nossa sociedade – da crise do petróleo e da energia, passando pelo crescente e alarmante preço dos alimentos – é tempo de discutir alternativas e debater o socialismo democrático à luz de novas realidades. Na Corrente Nacional de Opinião Socialista (CNOS), e como Manuel Alegre defendeu num recente debate no Porto – sobre a esquerda e as desigualdades – pensamos que é tempo de reflectir e procurar mudanças no modelo económico. Tal como a pobreza, o alheamento da política que lhe está intimamente ligado não deve ser encarado como uma fatalidade. Somos um partido Socialista e temos orgulho na nossa história e na capacidade de enfrentar os desafios do futuro. É preciso voltar a dar valor e novas formas à palavra “Socialismo”.

## Socialistas acusam PCP de “instrumentalizar” congresso sobre a região

ALENTEJO

A FEDERAÇÃO do Baixo Alentejo do PS anunciou que “não participará institucionalmente” no 14º Congresso Alentejo XXI, a realizar a 14 e 15 deste mês, em Beja, por considerar que o PCP está a “instrumentalizar” este evento.

Luís Pita Ameixa, presidente da Federação socialista, disse que, por um lado, “há uma grande instrumentalização a favorecer o presidente da Câmara Municipal de Beja, da CDU, que tem aproveitado o congresso como forma de promoção pessoal e política”, e, por outro, “apesar da prevista diversificação das intervenções, o direccionamento partidário, desta vez, manifesta-se na forma enviesada e sectária como já estão a ser preparadas as conclusões”.

Segundo denunciou o dirigente socialista, os seis relatores designados para a comissão de redacção das conclusões do congresso “são militantes puros e duros do PCP” e “não espelham, de forma nenhuma, a diversidade nem da comissão organizadora, nem das intervenções”.

Luís Pita Ameixa falava no dia 3 de Junho, em conferência de Imprensa, em Beja, em que a Federação do PS anunciou a sua posição oficial sobre o 14º Congresso



Alentejo XXI.

Para o PS do Baixo Alentejo, o congresso tem um valor “muito relativo”, porque as 13 edições anteriores “parece não terem tido qualquer influência digna de nota sobre a realidade” do Alentejo.

“A não ser, e essa é a segunda constatação, para servir de sustentação do discurso político do PCP”, acusou Luís Pita Ameixa, referindo que a última edição do congresso, em 2004, “serviu para o PCP, de imediato e em sequência, no seu 12º Encontro Regional de Quadros”, a 8 de Dezembro daquele ano, “sustentar o seu discurso nas conclusões desse congresso”.

Na altura, lembrou, no quadro

da regionalização, “um dos pontos já era a criação da região piloto do Alentejo, que agora o presidente da Câmara Municipal de Beja parece apresentar como grande novidade, que afinal não é”.

Trata-se, frisou Pita Ameixa, de “uma ideia que contraria a Constituição da República Portuguesa, que pretende evitar qualquer regionalização sem simultaneidade no todo nacional”.

E reiterou que “o Congresso Alentejo XXI não deve tomar posições anticonstitucionais, como o presidente da Câmara Municipal de Beja já vem propalando, na sua divulgação de conclusões ainda antes de o congresso começar”.

Por estas razões, disse Pita Ameixa, “a Federação do Baixo Alentejo do PS institucionalmente, não participará no Congresso Alentejo XXI, mas isso não impede a participação livre e activa de socialistas”, acrescentando, no entanto, que “os socialistas devem ir ao congresso e participar na discussão”, porque “o PS está à vontade neste debate”.

E lembrou, a propósito, que “nunca antes o Baixo Alentejo foi objecto de tão grandes e tão relevantes investimentos, como com o actual Governo PS”, dando exemplos o Alqueva, o aeroporto de Beja e o lançamento do Itinerário Principal 8 (IP-8), entre Sines e Beja.

## Almoço comemorativo da fundação do PS no distrito de Portalegre

ORGANIZADO pelo Secretariado da Concelhia de Portalegre do PS, realizou-se no passado dia 31 de Maio um almoço comemorativo da fundação do partido no distrito, que contou com a participação de mais de uma centena e meia de militantes.

Na ocasião, o secretário nacional para as Autarquias e um dos fundadores do partido no distrito, Miranda Calha, apelou à solidariedade de todos os militantes em torno do Governo e realçou o papel que o PS



tem tido no distrito em prol do desenvolvimento e da solidariedade.

Já Seia da Silva e Rui Simplício, respectivamente, presidentes da

Federação e Concelhia de Portalegre, teceram duras críticas à gestão da Câmara local.

Piedade Murta, presidente do Departamento Federativo das Mulheres Socialistas, apelou à mobilização dos militantes, em especial das mulheres, nos combates presentes e futuros em que o partido está empenhado.

Já Hugo Serras, presidente da JS/Portalegre, exortou à participação dos jovens na política.

## PS/ALGARVE FECHA CICLO DE ELEIÇÕES CONCELHIAS

TIVERAM lugar nos dias 30 e 31 de Maio as eleições para as comissões políticas concelhias de Alcoutim, Monchique e Castro Marim, que não haviam realizado o escrutínio com as restantes concelhias, em Março de 2008. Assim, Francisco Xavier, com a moção “Continuar para ganhar” foi eleito presidente da Concelhia de Alcoutim, Carlos Tuta, com a moção “Elevar Monchique”, ganhou a Concelhia de Monchique, e António Francisco Gomes, com a moção “Rumo à vitória”, foi eleito líder da Concelhia de Castro Marim.

## METROPOLITANO

NA ÚLTIMA edição do “Acção Socialista”, por lapso, na notícia sobre as eleições nas secções de acção sectorial e temática referia-se que “no Metropolitano ganhou a lista B encabeçada pelo camarada José Orlando Bagarrão, que derrotou a lista A, liderada pelo camarada José Osvaldo Bagarrão”, quando o texto correcto deveria ser “no Metropolitano ganhou a lista B encabeçada pelo camarada José Osvaldo Bagarrão, que derrotou a lista A, liderada pelo camarada Adriano Almeida”.

Ao camarada José Osvaldo Bagarrão e aos leitores os nossos pedidos de desculpa.

# Governo Regional vai construir novo cais e terminal de passageiros



## AÇORES

O GOVERNO Regional dos Açores, presidido por Carlos César, vai investir 27 milhões de euros para construir um novo cais para "ferry-boats" e um terminal de passageiros no porto da Horta, ilha do Faial, anunciou o secretário regional da Economia.

Duarte Ponte, que falava após uma reunião com os projectistas e o presidente da Câmara Municipal da Horta, adiantou que a primeira fase deste projecto está "praticamente concluída" e o concurso público deverá ser lançado este mês.

"A equipa de mergulhadores está a concluir o trabalho para

sabermos o que fazer com os achados arqueológicos encontrados na baía", disse o secretário regional da Economia, acrescentando que este encontro serviu para acertar pormenores num projecto em que "Governo e Câmara estão em sintonia".

Além do novo molhe a norte, do cais para "ferry-boats" e do terminal de passageiros, o projecto, localizado na freguesia da Conceição, inclui a construção de um parque de estacionamento e uma praça, com mais de oito mil metros quadrados.

Segundo sublinhou, esta requalificação do porto comercial do Faial vai dar uma nova centralidade à ilha e ao nível turís-

tico, uma vez que ficam criadas condições para a Horta receber os cruzeiros que passarem por São Miguel.

Duarte Ponte disse ainda que a segunda fase deste projecto passa pelo reordenamento do cais de pesca, ordenamento do estacionamento de iates e zonas de requalificação do Largo Manuel de Arriaga.

O estudo prévio da segunda fase do projecto está concluído e já foi experimentado em modelo reduzido, referiu, adiantando que "o projecto total de requalificação do porto comercial da Horta está orçado em 50 milhões de euros e tem um prazo de execução de dois anos".

## OPINIÃO



MIRANDA CALHA  
Deputado do PS

*Nos tempos que correm a modernização das Forças Armadas deve ser uma meta e um objectivo essencial em termos da acção governativa*

## CONCRETIZADO MAIS UM PASSO NA MODERNIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

A LEI de Programação de Infra-Estruturas Militares é uma legislação que já vem sendo anunciada há muitos anos. Não houve, nos últimos anos, qualquer Programa de Governo que não considerasse que a Lei de Programação de Infra-Estruturas Militares devia ser uma medida a tomar pelos respectivos executivos. Acontece, porém, que esta situação se tem arrastado durante anos, mas agora este Governo tomou a iniciativa de apresentar uma Lei de Programação de Infra-Estruturas Militares e concretizou-a. Assim se cumpre uma parte do Programa de Governo e também mais uma promessa eleitoral.

Esta lei é muito importante, porque se inscreve num processo fundamental a nível das Forças Armadas, que é a sua modernização. Não deixo de considerar que o objectivo de uma legislação como esta é fundamental que se enquadre num processo de modernização das Forças Armadas.

O paradigma das operações das Forças Armadas, hoje em dia, é diferente relativamente ao passado recente e mesmo ao passado mais longínquo. Nos tempos que correm a modernização das Forças Armadas deve ser uma meta e um objectivo essencial em termos da acção governativa. Por isso mesmo inscrevo esta medida na lógica da modernização das Forças Armadas, porque é precisamente dentro desse contexto que se vai fazer a alienação de património, que significará não só modernização de equipamentos mas também a construção de outros e a modernização dos edifício que têm a ver com alojamento, com o paradigma de não termos umas Forças Armadas viradas para a ocupação territorial mas, sim, numa perspectiva de concentração de meios, que é aquilo que está compaginado com Forças Armadas modernas.

Por isso esta legislação inscreve-se dentro deste mesmo processo de modernização, que, obviamente, deve ser ajustado em conjunto com outra legislação, como é a reorganização das estruturas superiores das Forças Armadas e como são também outras medidas que se relacionam com o efectivo enquadramento das nossas Forças Armadas no contexto moderno, que é compaginável com as Forças Armadas dos outros países que integram as alianças a que estamos ligados.

Esta nova legislação traz clareza, porque o que aconteceu, ao longo dos anos, foi muito simples: num primeiro momento, houve uma venda ou uma alienação pontual de equipamentos militares, de edifícios ou de património militar. Foi um passo que teve a discricionariedade de ser abordada a alienação do património. Isto aconteceu no princípio dos anos 90.

É no final dos anos 90 que começa a haver legislação com uma visão integrada em relação ao processo de gestão do património usado da área militar. É agora precisamente, neste momento e com este Governo, que se concretiza, então, uma visão e uma abordagem integradas em relação ao processo de gestão do património militar. Considero ser esta uma grande riqueza desta legislação, porque ela, no fundo, tem uma perspectiva integrada, tem uma visão global em relação ao processo. Não é uma perspectiva de uma gestão pontual, é uma perspectiva de eficácia e de coerência em relação à abordagem da gestão do património adstrito às Forças Armadas.

Uma componente essencial desta legislação, que considera princípios fundamentais que têm que ver com a contratação administrativa, com o respeito da concorrência e, acima de tudo, com uma maximização de vantagens, que, obviamente, vão redundar em termos das acções e dos objectivos que norteiam os resultados desta mesma gestão do património e que, no final de contas, como já referimos, são a recapitalização do fundo de pensões mas também, por outro lado, a modernização e a aquisição de equipamentos.

Não deverá haver dúvidas, da parte de alguns sectores, em relação ao que pode ser, como aqui foi definido, a "voracidade" de outros departamentos quanto à gestão deste património. Nesta legislação há não só instrumentos que fazem existir um acompanhamento por parte da Assembleia da República, mas também instrumentos, em termos de inserção da própria legislação, que nos levam a considerar que há uma ponderação em relação à gestão das receitas oriundas desta gestão do património militar.

O facto de se ter apresentado o programa global existente quanto à aplicação dos resultados mas também, por outro lado, o facto de existir uma perspectiva de acompanhamento por parte da Assembleia da República, com relatórios e com a presença do ministro, que anualmente irá ao Parlamento para prestar contas da aplicação desta lei, são elementos e instrumentos importantes que servem para ajuizar do processo de desenvolvimento da aplicação da lei e que, naturalmente, também nos tranquilizarão no sentido de que os resultados obtidos sejam aplicados devidamente nos programas referidos no documento apresentado à Assembleia da República.

**Regularize as suas quotas  
Novo Regulamento de Quotas**

### Valores aplicáveis somente a partir de 2008:

Quota mínima	Quota suplementar (Inclui "Acção Socialista")
Semestral .....6€	Semestral...12€
Anual .....12€	Anual.....24€

### As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

1. Depósito bancário em cheque;
2. Transferência bancária  
Conta: Millennium BCP  
PS-QUOTIZAÇÕES - N.º 452 341 62873  
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05  
Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.
3. Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:  
ENTIDADE 20132  
REFERÊNCIA 0000...+ N.º DE MILITANTE  
(total de 9 dígitos)  
MONTANTE Quota mínima (Semestral - 6€, Anual - 12€)  
Quota suplementar (Semestral - 12€, Anual - 24€)



*Contamos consigo!*

**Linha Azul  
808 201 695**

# OS ROSTOS DO PS NOS AÇORES

MARY RODRIGUES

**No seguimento das recentes Jornadas Parlamentares do GP/PS que decorreram em Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, Açores, e à semelhança do que foi feito com a realização das anteriores jornadas na Guarda, o "Acção Socialista" traça, nesta edição, o perfil dos presidentes de câmara e de assembleias municipais açorianos eleitos pelo PS, aos quais colocou as seguintes questões:**

**1. Que expectativas geraram as Jornadas Parlamentares do GP/PS realizadas na Região Autónoma dos Açores?**

**2. Qual a importância que atribui à visita dos deputados socialistas à Terceira?**

**3. O Executivo da região liderado pelo camarada Carlos César, em estreita harmonia com o Governo da República, tem apostado no desenvolvimento dos Açores. O que falta ainda fazer?**

NOTA: Apesar da insistência e dos esforços empreendidos pela redacção do "Acção Socialista", não foi possível obter atempadamente as informações solicitadas à presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, nem aos presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal de Santa Cruz das Flores.

## ANGRA DO HEROÍSMO



**JOSÉ PEDRO CARDOSO**  
Presidente da Câmara Municipal

JOSÉ Pedro Parreira Cardoso foi, desde Outubro de 2005 presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, na ilha açoriana da Terceira, funções que cessará a 11 de Junho.

Antes de ter sido eleito pelas lista do PS para a presidência da autarquia de Angra desempenhou outras actividades de carácter político na região, nomeadamente a de vice-presidente da CM, entre 1998 a 2004 e a de presidente do conselho da administração dos serviços municipalizados da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Bancário aposentado, José Pedro Cardoso especializou-se em diversas áreas na administração autárquica, designadamente no âmbito da gestão administrativa e financeira, em serviços urbanos e obras municipais, recursos humanos e serviço de protecção civil.

### 3 PERGUNTAS

**1.** Ter transformado a Região Autónoma dos Açores num enorme auditório onde o Grupo Parlamentar do Partido Socialista discutiu assuntos da maior importância para o país foi, para todos nós, muito gratificante. Ter dado maior visibilidade e ter reconhecido a importância da região no contexto nacional, foi uma tarefa inadiável num ano em que Angra do Heroísmo comemora as Bodas de Prata sobre a atribuição, pela UNESCO, do honroso galardão de Cidade Património Mundial da Humanidade.

**2.** Num momento crucial para a Região Autónoma dos Açores, em que está em discussão um documento (Estatuto Político Administrativo) decisivo para a vida colectiva do povo açoriano, a vinda dos deputados socialistas da República revestiu-se duma enorme importância e denunciou um apoio desejadamente saudável para o país, para a região e para todos nós, açorianos.

**3.** Apesar da ciclópica obra dos sucessivos governos liderados por Carlos César, considero que ainda há muito a fazer para que consigamos diluir as diferenças, reduzir as distâncias e esbater os constrangimentos.

Trata-se duma realidade arquipelágica, com nove ilhas com dimensões diferentes e com densidades demográficas desiguais.



**RICARDO DE BARROS**  
Presidente da Assembleia Municipal

RICARDO Manuel Rodrigues de Barros é presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, nos Açores, desde 2005.

Licenciado em História, integra o Conselho Pedagógico de História e da Assembleia de Representantes da Faculdade de Letras de Lisboa.

Nascido a 20 de Junho de 1952, foi membro da Comissão de Honra Nacional da candidatura do Presidente Mário Soares e director da campanha de Jorge Sampaio à Presidência da República para a Região Autónoma dos Açores.

Foi também candidato pelo PS à Câmara Municipal de Sintra em 1979 e à Assembleia Municipal em 1982. Foi ainda candidato à presidência da Câmara Municipal da Praia da Vitória (Ilha Terceira/Açores), em 1985.

Entre 1989 e 1993, foi membro da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo. Foi membro do Conselho de Fundadores da Fundação Antero de Quental.

Responsável pelo departamento de apoio às regiões autónomas do PS de 1977 a 1982 e adjunto para a Organização de 1982 a 1983. Ricardo Barros integrou a Comissão Nacional do Partido Socialista de 1983 a 1996.

Actualmente é membro da Comissão Regional do PS, fazendo parte do Secretariado da Ilha, tendo ainda desempenhado, entre 1988 e 1995, a função de secretário coordenador do PS na Ilha Terceira e de presidente da Comissão da Ilha Terceira entre 1995 e 1996.

Foi deputado à Assembleia da República pelo círculo eleitoral da Região Autónoma dos Açores de 1983 a 1988 e à Assembleia Legislativa Regional entre 1988 e 1996.

## CORVO



**FERNANDO PIMENTEL**  
Presidente da Câmara Municipal

FERNANDO António Mendonça Fraga Pimentel é actualmente o presidente da Câmara Municipal do Corvo, na Região Autónoma dos Açores, eleito pelo Partido Socialista em 2005.

Aos 44 anos de idade, este funcionário da Portugal Telecom nascido no Faial, completou o 12º ano de escolaridade e tem no seu currículo, no que respeita ao exercício do poder local, assumido cargos de vereação no município do Corvo e de presidência da correspondente Assembleia Municipal.

### 3 PERGUNTAS

**1.** É sempre importante acolher eventos desta natureza na região. Efectivamente, estas jornadas serviram para dar uma maior visibilidade aos Açores, para demonstrar os problemas que os açorianos enfrentam e, eventualmente, para resolver alguns constrangimentos do arquipélago.

**2.** Os deputados socialistas tiveram oportunidade de se inteirarem das expectativas dos açorianos, de solucionar algumas situações, de apresentarem novas ideias e novos projectos com vista a um maior desenvolvimento de todas as ilhas.

**3.** Efectivamente, é indiscutível o desenvolvimento a todos os níveis que se nota pelas nove ilhas dos Açores. No entanto, é sempre possível melhorar e aperfeiçoar alguns aspectos, nomeadamente a nível de transportes, de turismo, da economia, em especial nas ilhas mais pequenas e mais afastadas.



**AIDA ANDRADE**  
Presidente da Assembleia Municipal

AIDA Maria Alferes Nascimento Andrade é a actual presidente da Assembleia Municipal do Corvo eleita pelas listas do PS.

Nascida a 31 de Janeiro de 1962, na Horta, é escriturária comercial na filial da Empresa de Electricidade dos Açores (EDA) localizada na Ilha do Corvo.

Entre 1997 e 2005, durante dois mandatos consecutivos, exerceu o cargo de primeira secretária da Assembleia Municipal do Corvo.

No âmbito de outras actividades cívicas, preside, desde 2006, à Associação dos Bombeiros Voluntários desta ilha açoriana.

## HORTA



**JOÃO FERNANDO CASTRO**  
Presidente da Câmara Municipal

AOS 37 anos de idade, João Fernando Brum de Azevedo e Castro foi eleito, nas últimas autárquicas, presidente da Câmara Municipal da Horta pelo PS, cargo que já exercera de 2003 a 2005, em substituição do presidente cessante.

Licenciado em Educação Física e Desporto, em 1995, e mestre em Gestão do Desporto – Gestão das Organizações, em 2004, ambos os graus conferidos pela Faculdade de Motricidade Humana, da Universidade de Lisboa – foi vice-presidente da Câmara Municipal da Horta de 2000 a 2003,

período durante o qual presidiu ao Conselho de Administração da empresa Hortaledus.

João Castro foi director dos Serviços de Educação Física e Desporto da Ilha do Faial, de 1998 a 2000, director técnico da União das Associações de Andebol dos Açores, em 1998, secretário coordenador do Partido Socialista na ilha do Faial, de 2000 a 2001 e membro do Secretariado Regional do PS de 2004 a 2006.

### 3 PERGUNTAS

**1.** As Jornadas Parlamentares são sempre momentos muito aguardados por todos os socialistas, já que permitem reflectir sobre as dinâmicas que o partido, através dos seus mais directos intervenientes, tem vindo a realizar no arquipélago dos Açores.

Para além disso, esta reflexão permitiu ir mais longe no sentido de se realizar uma verdadeira programação de iniciativas de acordo com os objectivos do PS, do seu Grupo Parlamentar e de todos os açorianos.

**2.** Sendo as Jornadas Parlamentares o momento propício à reflexão da acção política do Partido Socialista, o espaço em que se realizaram não podia sobrepor-se à verdadeira essência destes encontros, porém, não deixou de propiciar e favorecer uma aproximação do partido à sociedade.

**3.** Os Açores têm vindo a crescer na última década em termos económicos, tendo contribuído para este sucesso o investimento em sectores chave como o turismo e a consolidação das finanças regionais.

Em vários sectores da sociedade as mudanças são mais do que visíveis. Sabemos que este processo não está concluído, mas parece-nos que temos que continuar a reforçar a nossa aposta numa sociedade mais justa e nas relações que temos estabelecido com vários parceiros sociais, económicos, desportivos e culturais no sentido de tornar os Açores numa região com os olhos cada vez mais postos na Europa e no futuro.



**JORGE GONÇALVES**  
Presidente da Assembleia Municipal

JORGE Manuel Medeiros Correia Gonçalves nasceu na Horta, ilha do Faial, a 28 de Outubro de 1934.

Licenciado em Medicina em 1961, pela Universidade de Lisboa, concluiu a especialidade de Cirurgia Geral nos Hospitais Cívicos em 1973, tendo cumulativamente trabalhado durante quase uma década no Serviço de Cirurgia Plástica do Hospital Militar Principal.

Em Janeiro de 1975, em missão cívica, fixou-se na Horta, tendo exercido as funções de director de hospital de 1979 a 1995 e, durante parte dos mandatos, acumulado a direcção clínica.

Teve um papel relevante na concepção e instalação do actual hospital da cidade.

Aposentou-se em 2004 com um vasto currículo médico.

Exerceu funções sindicais e de vogal distrital da Ordem dos Médicos.

Na sociedade local tem presidido a corpos sociais de numerosas agremiações desportivas e culturais.

Foi director do jornal "O Telégrafo" de 1984 a 1988, vogal da Comissão Administrativa da Junta Geral da Horta em 1975, presidente do Conselho Municipal da Horta nos seus primeiros mandatos, presidente da Assembleia Municipal da Horta desde 1997 e do Conselho de Ilha do Faial desde a sua criação em 2002.

## LAGOA



**JOÃO PONTE**  
Presidente Câmara

LICENCIADO em Engenharia Electrotécnica e Computadores pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa em 1990, João António Ferreira Ponte é, aos 41 anos de idade e desde 2005, presidente da autarquia da Lagoa, de onde é

natural e residente.

No âmbito da sua actividade política, é membro do Conselho da Administração da Associação dos Municípios da Ilha de São Miguel, tendo sido director regional das Obras Públicas e Transportes Terrestres do Governo Regional dos Açores entre 2003 e 2004.

Exerceu também a vice-presidência da Câmara Municipal da Lagoa, de 2001 a 2004, sendo, durante cinco anos, administrador delegado da Norma-Açores, uma sociedade de estudos e apoio ao desenvolvimento regional.

Deputado à Assembleia Legislativa Regional dos Açores entre de 2000 a 2001, foi também quadro superior da Electricidade dos Açores no início de carreira.

João Ponte foi eleito em 2001 coordenador da secção da Lagoa do PS/Açores e é membro da Comissão Regional do PS/Açores. Foi secretário coordenador do PS/Açores da Ilha de São Miguel durante um ano e membro da Assembleia Municipal da Lagoa de 1997 a 2001.

### 3 PERGUNTAS

**1.** A realização de Jornadas Parlamentares do GP/PS gera sempre boas expectativas, uma vez que permite aprofundar os conhecimentos sobre a realidade e as especificidades da Região Autónoma dos Açores. São momentos propícios ao debate e à reflexão sobre o actual quadro social, económico e político da região, mas também de medidas e estratégias que visam melhorar e solucionar os problemas que ainda persistem nela, num permanente compromisso de melhorar a qualidade de vida dos açorianos e garantir uma maior sustentabilidade financeira dos Açores.

**2.** A vinda dos deputados socialistas à Terceira foi importante porque permitiu o conhecimento sobre a realidade social, económica e política dos Açores e as suas especificidades, de forma a que, quando estiverem em causa assuntos relacionados com os interesses da Região Autónoma dos Açores na Assembleia da República, estes possam defender os Açores e sugerir políticas e medidas de desenvolvimento consentâneas com a realidade que tomaram conhecimento.

**3.** Acho que ninguém tem dúvidas de que o Governo Regional tem feito um trabalho irrepreensível em prol do desenvolvimento económico e social da região, contribuindo para uma maior projecção dos Açores a nível nacional e internacional nesta última década.

No entanto, quanto maior é o desenvolvimento, maior é o nosso grau de exigência para futuro.

Em boa verdade, fez-se muito nesta última década, mas é necessário realizar muito mais pelos Açores, que têm hoje uma nova ambição em continuar o caminho de crescimento e de convergência com a União Europeia, da dinamização económica e da criação de mais emprego e do reforço das redes sociais, e, por isso, o seu desenvolvimento não pode parar.

Continuar a investir no sector do turismo sem descuidar o sector primário, promovendo a sustentabilidade ambiental e a segurança, são os desafios para o futuro onde é necessário o empenho do Governo da República.



### JOÃO MANUEL SOUSA

Presidente Assembleia Municipal

O ACTUAL presidente da Assembleia Municipal da Lagoa, João Manuel Moniz de Sousa, tem 60 anos, o curso geral de Comércio e é profissional na área dos seguros.

A sua actividade política é pautada, além da presidência da Assembleia Municipal, pela coordenação da Secção da Lagoa do PS/Açores e pela pertença à Comissão Regional do partido e ao Secretariado do PS da Ilha de São Miguel.

Já no que diz respeito aos cargos sociais, este autarca socialista preside à Assembleia geral e à

direcção da Cooperativa Megasil, sendo vice-provedor da Santa Casa da Misericórdia de Santo António da Lagoa e presidente fundador dos Lions Clube de Lagoa.

## PRAIA DA VITÓRIA



### ROBERTO MONTEIRO

Presidente da Câmara Municipal

O ACTUAL presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro, nasceu a 9 de Abril de 1968, na freguesia de Santa Cruz, no concelho açoriano da Praia da Vitória.

Licenciou-se, em 1991, em Organização e Gestão de Empresas, tendo sido desde então director comercial e gerente de várias empresas com sede nos Açores, consultor de 20 empresas na Ilha Terceira para as áreas da gestão, financeira, qualidade e marketing e serviços.

No que à sua actividade político partidária diz respeito, além da presidência do Executivo Camarário, desde Novembro de 2005, é membro do Secretariado da Ilha Terceira do PS, coordenador dos autarcas socialistas dos Açores e presidente da Comissão Regional do PS/Açores.

### 3 PERGUNTAS

**1.** Obviamente que estes momentos revestem-se sempre de grande importância. Ter recebido, nos Açores, os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia da República foi, não só uma honra, mas também uma oportunidade para discutir e abordar temas e assuntos que dizem respeito aos Açores e que têm impacto no panorama nacional.

Além desse facto, penso que, infelizmente, ainda há muito desconhecimento sobre a realidade regional e sobre as virtudes das autonomias regionais.

**2.** A visita foi, sem dúvida importante, porque permitiu que os deputados vissem com os próprios olhos e percebessem, in loco, as particularidades da nossa realidade.

Assim, os deputados que nunca cá estiveram levaram uma imagem e um conhecimento mais sólidos da Terceira e dos Açores. Aliás, faz todo o sentido que os titulares de cargos públicos da República nos visitem mais vezes.

Falar com conhecimento de causa sobre os Açores é fundamental. Muitas vezes alguns "opinion makers" e órgãos de Comunicação Social ou dão primazia à outra região autónoma por razões menos boas ou criticam os Açores e as nossas reivindicações de respeito pelo Estatuto Político-Administrativo, sem conhecimento aprofundado sobre o que aqui se passa.

É importante, pois, que se percebam as nossas especificidades e que se encare os arquipélagos como parte integrante do território nacional, numa perspectiva de complementaridade.

Acredito que, ao longo dos tempos, pelo excelente trabalho aqui desenvolvido pelo Partido Socialista e pelo aumento do fluxo de pessoas que visitam os Açores, as desconfianças face às autonomias regionais estão a esbater-se gradualmente. Espero que assim continue.

**3.** Desde 1996 que os Açores têm assistido a um desenvolvimento equilibrado e sustentado. Tal facto deve-se à visão estratégica que o PS e o Governo liderado por Carlos César imprimiram ao seu projecto de crescimento para a Região Autónoma dos Açores.

Hoje, os Açores têm uma maior centralidade e importância num projecto de desenvolvimento nacional.

A estratégia que tem vindo a ser implementada pelo Partido Socialista tem projectado a nossa região para novos patamares de desenvolvimento que fazem dela uma das mais prósperas e sustentáveis do país.

A aposta nas infra-estruturas, acessibilidades, estratégias de formação dos cidadãos, na promoção dos Açores no exterior, na captação de

investimento externo, sempre tendo em conta o equilíbrio no desenvolvimento homogéneo de todas as ilhas, dão-nos garantias de um futuro positivo.

No entanto, este é um crescimento por patamares. É necessário ter a humildade de reconhecer que muito foi feito, mas muito mais há para fazer.

Acredito que o inconformismo e a vontade de fazer sempre mais já demonstradas pelo presidente do PS/Açores garantem a continuidade desse desenvolvimento e dessa visão estratégica.



### FERNANDO ROCHA

Presidente da Assembleia Municipal

NASCIDO na freguesia de Agualva há 45 anos, o actual presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória, Fernando José Ferreira da Rocha, é licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra.

Advogado de profissão, tem escritório na Praia da Vitória, onde exerce a sua actividade com rigor e profissionalismo.

## RIBEIRA GRANDE



### RICARDO SILVA

Presidente da Câmara Municipal

ELEITO pelas listas do PS presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, em Outubro de 2005, Ricardo José Moniz da Silva nasceu há 46 anos neste concelho açoriano.

Licenciado em História das Ciências Sociais pela Universidade dos Açores, foi, no exercício da actividade docente, professor do ensino secundário e orientador de estágio de profissionais do ensino básico e secundário, director da Biblioteca da Escola Secundária da Ribeira Grande e membro do Conselho Executivo deste estabelecimento de ensino.

No âmbito da sua actividade cívica, foi presidente da Pontilha – Associação Cultural da Ribeira Grande, da Associação Académica da Universidade dos Açores e do Sporting Clube Ideal, tendo fundado ainda o Clube Europeu na Escola Secundária da Ribeira Grande.

É vice-presidente da Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural e membro da Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios de São Miguel.

### 3 PERGUNTAS

**1.** As Jornadas Parlamentares são sempre um acto político de significativo e inegável valor, uma vez que permitem uma reflexão e avaliação pelos deputados das orientações que o Grupo Parlamentar está a tomar relativamente ao seu próprio trabalho de produção legislativa, suporte ao Governo, combate político e análise social da conjuntura nacional e internacional.

Neste sentido, as jornadas são, em qualquer circunstância, um momento importante na vida dos partidos políticos, e portanto do PS, sobretudo numa hora em que três quartos do período legislativo e governativo já passaram. Foi positiva a reflexão em torno das políticas que marcam o PS na sua acção governamental e na definição de novas acções, de acordo com o programa apresentado e sufragado pelos portugueses.

**2.** A vinda aos Açores foi uma forma de melhor conhecer o trabalho gratificante que o PS tem feito na região, Governo e autarquias, em prol de uma parte de Portugal que queremos alinhada com os índices de desenvolvimento nacionais e europeus.

Trocar experiências políticas é a melhor forma de enriquecer o trabalho parlamentar e governativo de cada um dos GP/PS e respectivos executivos. Assim, sentimos satisfação pelo que esta aproximação permitirá no sentido de um melhor entendimento sobre os constrangimentos, dificuldades e êxitos com que a governação

socialista dos Açores se tem debatido e também da colocação, a debate, de assuntos que necessitam de ser articulados entre grupos parlamentares e governos regionais e da República, embora irmãos que sejamos.

**3.** Muito, e sobretudo a nível dos serviços que dependem da República nos Açores. A situação da PSP, sedes e recursos humanos, serviços de finanças e conservatórias, tribunais, são matérias que o Executivo da República, resolvendo os dossiers mais candentes, ajuda o Governo de Carlos César e reforça o desenvolvimento dos Açores.

A distância e o centralismo, patente sobretudo no protelar de assuntos de manifesto interesse para as populações, são dimensões que precisam de ser melhor executadas em prol do projecto autonómico e que demonstram o interesse do todo nacional numa parte do território, que com o excelente Governo liderado por Carlos César, mais podia fazer se as competências constitucionais fossem mais tidas em conta por Lisboa.

O Governo e a Assembleia Legislativa Regional vão fazendo o que lhes compete e executando o seu programa, mas não podem exorbitar domínios que não são seus. Daí a grande importância destas jornadas para todos nós, socialistas, de aquém e além Atlântico, irmãos dos mesmos valores e princípios, desejando fortalecer os Açores como região de Portugal e Portugal como país do mundo.



### EDUARDO VIEIRA

Presidente da Assembleia Municipal

NATURAL de Matriz, concelho açoriano da Ribeira Grande, onde nasceu a 24 de Abril de 1948, Eduardo da Silva Vieira é o actual presidente da Assembleia Municipal da Ribeira Grande.

Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa (1980), é também bacharel em peritagem contabilística pelo Instituto Comercial de Lisboa (1970).

Desde que começou a exercer a advocacia em 1981, já foi presidente do Conselho Distrital dos Açores da Ordem dos Advogados, no biénio 2005-2007.

Antes tinha sido docente na Faculdade de Direito de Lisboa.

Na banca açoriana já desempenhou diversas funções.

No âmbito da sua actividade em sociedades científicas, integra a Associação Portuguesa de Direito Europeu, tendo vários trabalhos publicados sobre temas diversos como as leis do arrendamento nos Açores, a marcação de julgamentos e o princípio da cooperação.

## VILA DO PORTO



### ANTÓNIO LOURA

Presidente da Assembleia Municipal

ANTÓNIO José Tavares Loura, 58 anos, é presidente da Assembleia Municipal de Vila do Porto, na Ilha de Santa Maria, nos Açores.

Natural do concelho de Vila do Porto, é bancário de profissão, tendo já exercido diversos cargos políticos, nomeadamente o de vereador da Câmara Municipal de Vila do Porto, entre 1986 e 1987, primeiro secretário da mesa da Assembleia Municipal, entre 1994 e 1997 e ainda de primeiro secretário da mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nas VII e VIII legislaturas.

Integrou diversas comissões, como da Comissão de Análise/Prévia da Assembleia Municipal de 1998 a 2004, da Comissão de Revisão do Regimento da Assembleia Municipal, de 1998 a 2002, coordenador de diversos grupos de trabalho de âmbito municipal, membro do Conselho de Ilha de Santa Maria (lugar que ainda ocupa presentemente).

Fez parte da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

## OPINIÃO

JOÃO BERNARDO  
Deputado do PS

*Era um diploma [do CDS] que pretendia essencialmente terminar com a escola pública e com a responsabilidade do Estado na educação*

## MAIS E MELHOR ESCOLA PÚBLICA, SIM. PRIVATIZAÇÃO, NÃO

O CDS apresentou na Assembleia da República um projecto-lei que abarcava as áreas da autonomia, da qualidade e da liberdade escolar, que mais não era do que uma proposta escondida de alteração da actual lei de bases do sistema educativo português. Era um diploma que pretendia essencialmente terminar com a escola pública e com a responsabilidade do Estado na educação.

É a visão de um Estado meramente financiador de uma escola submetida a todos os interesses, sem qualquer regulamentação de exigência e de controle por parte das entidades públicas.

Este projecto de lei mudava completamente o paradigma de escola pública, como elemento essencial de democratização do ensino e como uma instituição vocacionada para a formação de cidadãos responsáveis e comprometidos com a sociedade democrática e que se possam realizar individualmente.

Vamos então aos objectivos propostos pelo CDS:

### 1.º Autonomia das escolas

No que respeita à autonomia o que se propunha em nada aprofunda, o caminho de atribuir à escola mais exigência, mais rigor e mais transparência, do que os contratos de autonomia que têm vindo a ser celebrados entre o ME e as escolas portuguesas.

O CDS assumia de forma clara e objectiva o fim da escola pública e “promovia” todos os estabelecimentos a escolas de serviço público, fossem elas do sistema público, ou privadas.

Abria igualmente a porta para que sejam aplicadas taxas ou prestações de frequência a todas as crianças e jovens que frequentassem os estabelecimentos do denominado serviço público de educação.

Aliás, o projecto do CDS levava à desresponsabilização do estado na qualidade do ensino público, em nome de um novo serviço entregue às condições socio-económicas de nível local, sedimentando as assimetrias existentes.

### 2.º Objectivo: avaliação e qualidade

Nesta área, nada de muito novo se apresentava, salvo a contratação de docentes.

Sobre esta matéria, o projecto do CDS era claro, o que se pretendia era desregular o processo de contratação dos docentes portugueses. O que o CDS propunha era a contratação sem critério, sem regras e sem controlo.

Aplicado este projecto, levaria à generalização do amiguismo, consagraria uma restrição à liberdade de emprego e da mobilidade dos docentes, com regras e com objectividade na respectiva contratação.

O CDS propunha-nos uma contratualização inaceitável para os professores portugueses.

### 3.º Objectivo: liberdade de escolha de escola

Vem mais uma vez o CDS bater nesta tecla de instituição de escolas em função da condição financeira dos respectivos agregados familiares.

Escolas com professores e alunos seleccionados por cada director, sem critério objectivo, nem regras definidas nos valores da igualdade e da responsabilidade do Estado perante todos.

Só quando existisse uma procura superior à oferta se assumiriam alguns critérios, que nada trazem de inovador e após a aplicação dos mesmos, para os alunos sobrantes teríamos um sorteio, certamente a promover pela sociedade recreativa lá do sítio.

Finalmente, o CDS apontava-nos o ano escolar de 2009/2010 para aplicar este diploma.

Aqui temos de o reconhecer, é mais moderado que o actual líder do PSD, Luís Filipe Meneses, que se propunha dismantlar os serviços públicos em 6 meses.

Este diploma era a vontade escondida do CDS querer destruir a actual LBSE e q entregar ao privado o essencial, do sistema educativo português.

Era um diploma que pretendia marcar uma agenda política, mas que em nada contribuía para mais e melhor escola pública.

## É urgente regulamentar a pesca no Guadiana para corrigir desigualdades

REQUERIMENTO DE DEPUTADOS DO PS

OS DEPUTADOS do PS Jovita Ladeira e Manuel José Rodrigues solicitaram ao ministro dos Negócios Estrangeiros que seja dada prioridade ao regulamento de pesca aplicável ao troço internacional do rio Guadiana, de forma a corrigir desigualdades entre embarcações portuguesas e espanholas e proteger o património marinho.

Em requerimento entregue na Mesa da Assembleia da República, os deputados socialistas referem que no troço internacional do rio Guadiana, mais precisamente na sua foz, se assiste a “um quadro surpreendente” no que se refere à pesca a partir das embarcações. Ou seja,



explicam, às embarcações portuguesas “é-lhes vedado a pesca em barras, respectivos acessos e embocaduras, canais de acesso e a menos de 100 metros da zona de qualquer esgoto, doca, porto de abrigo e estaleiros de construção naval”, enquanto no que se refere às embarcações espanholas, “ao que parece, não se lhes conhece essas restrições”.

Na exposição de motivos, Jovita Ladeira e Manuel José Rodrigues sustentam que “este quadro, que não é novo, é insustentável e torna-se de todo incompreensível gerando revolta no cidadão porque há tratamento diferenciado e discricionário entre cidadãos europeus que partilham o mesmo espaço”.

Por isso, consideram que a Comissão Interministerial de Limites e Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas “deve de uma vez por todas, com a responsabilidade e urgência que o caso merece, inscrever na sua agenda, como prioritário, o “Regulamento da Pesca Aplicável ao Troço Internacional do rio Guadiana”. J. C. C. B.

## Deputados do PS visitam escolas de Braga

OS DEPUTADOS socialistas Miguel Laranjeiro, Isabel Jorge, Isabel Coutinho, Manuel Mota, Ricardo Gonçalves e Nuno Sá, eleitos pelo círculo eleitoral de Braga, efectuaram uma visita de trabalho a diversas escolas do distrito, numa acção intitulada “Um dia com a Educação”.

Foram visitadas as escolas EB 2,3 das Marinhas, em Esposende, secundária Sá de Miranda, em Braga, escola secundária e Alcaldes de Faria em Barcelos, escola EB 2,3 de Cabeceiras de Basto, escola EB 2,3 professor Carlos Teixeira, em Fafe, e escola EB 2,3 de Caldas de Vizela.

Durante as reuniões de trabalho, que os deputados do PS tiveram com os diversos conselhos executivos das escolas, foram colocadas um conjunto de questões, nomeadamente em relação à qualidade



das instalações, sendo notório para os deputados do PS, o empenhamento de todos os agentes na melhoria do projecto de cada estabelecimento de ensino.

Os deputados mostraram a sua satisfação por este contacto com a realidade das diversas escolas, sublinhando ainda que esta sua visita se revestiu de uma “enorme utilidade”, atendendo, como disseram, “à diversidade dos territórios abrangidos”.

Reconhecendo que há investi-

mentos “que têm que ser feitos nalguns estabelecimentos”, tendo em vista à salvaguarda dos interesses de todos, os deputados socialistas não deixaram também de sublinhar o aumento muito significativo da oferta relativamente aos cursos profissionais, facto positivo que constitui igualmente “outra das novas realidades” que puderam constatar ao longo desta visita.

As escolas estão motivadas e a preparar-se condignamente para receberem o afluxo dos novos alunos do ensino profissional, garantia que os deputados socialistas puderam ouvir da parte dos diversos responsáveis dos conselhos executivos das escolas, nomeadamente no que respeita ao apetrechamento com novas tecnologias, facto que tornará as escolas mais modernas e apelativas.

## Henrique Fernandes apela à mobilização para conquistar Câmara de Coimbra

“É PRECISO organizar o partido, mobilizar os militantes e convocar os cidadãos” para ganhar as próximas eleições autárquicas, afirmou o novo presidente da Comissão Política Concelhia de Coimbra, Henrique Fernandes, na cerimónia de tomada de posse desta estrutura.

“Coimbra merece um partido preparado” para os grandes desafios que se aproximam, disse Henrique Fernandes, referindo que o PS precisa de reunir os seus melhores quadros para gerir a cidade com competência. Determinado em voltar a ter “uma cultura de excelência” na cidade, o recém-empossado presidente assegurou que o PS de Coimbra saiu reforçado e prestigiado do acto eleitoral interno e solicitou a todos “um PS coerente, uno na acção e fraterno”.

Referindo-se à actual maioria camarária, Henrique Fernandes afirmou que Coimbra “não merece



a desesperança e a desânimo” que o PSD lhe impôs nos últimos anos, em que as promessas de progresso deram origem “ao definimento económico e à mais absoluta ausência de oportunidades para os jovens”. A falta de estratégia e de ambição para a cidade foi outra das debilidades referidas por Henrique Fernandes, que contrapõe a aposta num Ensino Superior de qualidade – Universitário e Politécnico, no empreendedorismo da juventude, e na vocação cultural de Coimbra.

O novo presidente da Concelhia de Coimbra não deixou também

de frisar a convicção de que conta com a solidariedade da direcção nacional do partido. Apoio que, garantiu, retribuirá com lealdade e determinação em credibilizar, mais ainda, o PS.

Miranda Calha, secretário nacional para as Autarquias do PS, salientou, por seu lado, a importância estratégica de Coimbra no panorama nacional, referindo que é preciso escolher equipas que representem o PS na cidade e que a união dos socialistas pode trazer bons resultados eleitorais.

Já o presidente da Federação de Coimbra, Victor Baptista, apelou à unidade dentro do PS, na perspectiva dos próximos combates eleitorais e criticou a ineficácia da actual maioria camarária. Depois de elogiar a prestação da Concelhia cessante, Victor Baptista sublinhou a necessidade dos socialistas da cidade “darem as mãos” e contribuírem para conquistar a Câmara.



# Vieira da Silva destaca maior crescimento económico da década

X CONVENÇÃO AUTÁRQUICA DO PS/GUIMARÃES

**Os “resultados positivos” alcançados pelo Governo, nomeadamente o maior crescimento económico da década, a criação de emprego e o equilíbrio das contas públicas, foram realçados pelo ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, no encerramento da X Convenção Autárquica do PS de Guimarães, no Centro Cultural Vila Flor.**



ESTA iniciativa, em que estiveram em debate os painéis “Políticas de emprego e políticas sociais na mudança de paradigma económico” e “A inovação, o conhecimento e a tecnologia como catalisadores da competitividade económica”, contou com a participação de cerca de quatro centenas de autarcas, militantes e simpatizantes do PS, assim como de vários convidados independentes

“Exportamos mais bens do que importamos em bens de produção tecnológica avançada e 2007 é o único ano em que isto aconteceu na nossa história”, sublinhou Vieira da Silva, acrescentando que “a economia passou a crescer como não acontecia desde o início da década”.

Segundo o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, “criámos emprego” e a taxa de desemprego “teve a primeira quebra, de acordo com os dados do INE, os quais estão longe das ambições, mas foram um sinal positivo de mudança”.

Referindo que “vivemos um tempo difícil, considerou, por isso, que a escolha dos temas da Convenção “mostra uma inteligência e uma sensibilidade muito relevante”, na medida em que a dimensão das políticas sociais com a dimensão da tecnologia, conhecimento e competitividade estão cada vez mais ligadas.

Na sua intervenção, Vieira da Silva salientou que entre as grandes linhas de orientação do Governo desde 2005 esteve desde logo a necessidade de equilibrar as contas públicas, uma vez que o país tinha uma situação de grave défice orçamental.

Por outro lado, disse, era premente recuperar o crescimento económico, que entre 2001 e 2005 praticamente não existiu. E para alcançar esse objectivo, recuperar esse crescimento, frisou, “tinha que se perceber onde se podia apostar”. Ou seja, “era preciso inovar e mudar”. Inovar em várias áreas, nas actividades económicas já enraizadas no nosso país. Elevando o valor das antigas, a sua participação na criação de riqueza nacional, defen-

dendo a competitividade externa destas actividades, mas também atraindo o investimento externo. Era preciso também, acrescentou, trazer tecnologias e outra dinâmica para o país, para a rede de pequenas e médias empresas nacionais. Renovar o nosso tecido económico e a qualificação dos portugueses, com o contributo, entre outros programas, do Plano Tecnológico.

Por sua vez, Joaquim Barreto, presidente da Federação, afirmou que no PS “não queremos democracia representativa, queremos democracia participativa”. Afinal, recordou, “vivemos um problema de afastamento da sociedade civil da política”. Mas “o poder autárquico dá o exemplo do contrário”. E destacou a acção dos autarcas do PS de Guimarães, que “devia ser seguida pelos Governos” e pela “Assembleia da República”.

Já António Magalhães, presidente da Câmara de Guimarães, deixou ficar o reconhecimento para o exemplo da Junta de Polvoreira e de muitas outras de diferentes matizes político-partidários onde se combate a exclusão social, onde se promove o apoio à infância e aos idosos.

Na sessão de abertura, o presidente da Comissão Política Concelhia, Domingos Bragança, disse que “a Convenção é essencialmente um espaço de reflexão, de partilha de experiências e de formação”, salientando que por isso a aposta foi no sentido de ter a participação dos principais responsáveis das freguesias.

## Um concelho onde se aposta no social

No debate do primeiro painel sobre “Políticas de emprego e políticas sociais na mudança de paradigma económico, Carlos Oliveira, vice-presidente do Centro Social da Paróquia de Polvoreira, recordou a acção ao longo dos dez anos de história daquela instituição.

Já Marta Coutada, da Sol do Ave, apontou as várias acções daquela instituição, designadamente a contribuição para o desenvolvimento

integrado Vale do Ave, adoptando práticas de trabalho em rede e de relacionamentos de proximidade. Por sua vez, Maria do Carmo Antunes, directora do Centro Distrital de Segurança Social, deu os parabéns a todos, porque, sublinhou, “neste município muita gente dirige IPSS de valor”. Por isso, considerou Guimarães como “um caso à parte” no que diz respeito à Segurança Social, uma vez que existem 57 IPSS para 69 freguesias, e centenas de acordos de cooperação para cerca de 7000 utentes, sendo um concelho onde se investe um valor que ronda os 25 milhões de euros em políticas sociais.

Na discussão do painel sobre “A inovação, o conhecimento e a tecnologia como catalisadores da competitividade económica”, Carlos Lage, presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), afirmou que as verbas do QREN se destinam às regiões de convergência e que se o dinheiro “for bem utilizado”, permitirá “combater as desigualdades sociais”, já que permitirá “subir o nível de vida da população portuguesa”.

Por sua vez, Frederico Fortunato, presidente da Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado e empresário de calçado de Guimarães, disse que “era hábito dizer que não havia futuro” para esta indústria perante a globalização, mas no entanto os empresários do sector têm dado provas do contrário, garantindo competitividade através da incorporação do conhecimento tecnológico, da inovação, da internacionalização, da criação de marcas próprias e do domínio da logística comercial.

Já Manuel Mota, vice-reitor da Universidade do Minho e presidente do Conselho de Administração do AVEPARK, salientou a importância deste Parque de Ciência e Tecnologia, designadamente do Instituto de Excelência de Engenharia de Tecidos e Medicina Regenerativa e da Incubadora de Base Tecnológica, para a diversificação e competitividade do tecido industrial e sobretudo para a criação de valor acrescentado.

## OPINIÃO



**CELSO GUEDES DE CARVALHO**  
celso.carvalho@netcabo.pt

*Casos de sucesso de empresas e instituições do distrito do Porto que, pela sua capacidade de resistência, evolução, conhecimento e pro-actividade, merecem ser orgulhosamente anunciadas*

## ACREDITAR NO NORTE - II

NA ANTERIOR edição do “Acção Socialista” dei início à publicação de um artigo sobre os imensos casos de sucesso de empresas e instituições do Distrito do Porto que, pela sua capacidade de resistência, evolução, conhecimento e pro-actividade, merecem ser orgulhosamente anunciadas.

Esta é a segunda parte desse artigo:

- **Enabler:** uma referência mundial no desenho, implementação e suporte de sistemas de informação para retalho e programas de transformação de negócio, unidades operacionais de Portugal, Reino Unido, Alemanha, França, Espanha, Itália e Brasil;
- **Energis:** primeiro *cluster* industrial de energia das ondas a nível mundial;
- **Fábrica Pinhais:** exporta as suas conservas para vários países como Áustria, EUA, França, Itália, Dinamarca, América Central, Filipinas, entre outros, e conta com 140 funcionários;
- **FRULACT:** líder ibérica em preparados à base de fruta para a indústria alimentar, está entre as cinco maiores empresas europeias deste sector, tem uma facturação anual na ordem dos 20 milhões de euros, exporta 90% da sua produção total e tem fábricas em cinco países;
- **Ibersol:** o Grupo Ibersol é uma referência ibérica na restauração e explora as marcas Pizza Hut, KFC, Pans & Company, Ó Kilo, Pasta-Caffé, Burger King, Pap’aki, Café Só;
- **IBS:** esta empresa sueca de software empresarial instalou em Portugal a sua sede ibérica e três centros de competência;
- **IS3:** conta com mais de 250 doutorados e perto de 150 alunos de pós-graduações, reunindo mais de 700 colaboradores ao serviço da investigação e inovação em saúde;
- **Imediata:** criou a Cybertotems, marca europeia especializada na criação e gestão de quiosques multimédia, sendo hoje uma referência internacional em quiosques interactivos;
- **Imperial:** distribui os seus produtos por mais de 30 mil pontos de venda a nível nacional e a exportação representa 25% das suas vendas. É o maior operador português no mercado de chocolates com marcas como: Jubileu, Regina, Pintarolas, Allegro, Pantagruel, Fantasias;
- **Impetus:** 700 trabalhadores, 11 lojas de marca própria, posição de destaque a nível europeu na roupa interior para homem (topo de gama), exportam mais de 90% da produção;
- **Inapal Plásticos:** umas das empresas com maior capacidade de inovação em Portugal, são responsáveis pelas malas do Volkswagen EOS;
- **Infenion Portugal:** um dos maiores fabricantes mundiais de semicondutores;
- **Jerónimo Martins:** líder em Portugal e na Polónia no segmento do retalho alimentar;
- **LACTOGAL:** Facturação de 660,2 milhões de euros (12,5% dos quais referentes à exportação), 1700 colaboradores (10,5% com formação superior), 600 referências distribuídas por 15 marcas. 25 novos produtos lançados por ano. Crescimento médio anual de 3,1%. A fábrica em Modivas (uma das 7 fábricas que possui) embala 1,5 milhões de litros de leite por dia, (em laboração contínua). A cada segundo são vendidas 40 unidades de produtos Lactogal;
- **Majora:** já concebeu mais de 300 produtos e produz mais de um milhão de brinquedos/ano;
- **Medmat:** inventou a Biomodelação, desenvolveu um Substituto Ósseo Sintético, encontram-se na vanguarda na terapêutica de feridas;
- **Milaneza:** líder no mercado das massas em Portugal;
- **Milénio 3:** desenvolveram uma unidade de marcação UMV5 que permite a utilização de leitura biométrica de impressão digital e um leitor Biométrico de impressão digital;
- **Mota Engil:** maior construtora nacional, a mais internacionalizada (mais de 300 obras em 20 países, 60% das obras da Mota-Engil são fora de Portugal), um volume de negócios em 2007 de 1,4 mil milhões de euros;
- **Nautilus:** lançou com êxito as mesas interactivas UNI-NET que estão patenteadas em todo o mundo e receberam o prémio internacional de inovação para a educação WORLDDIDAC;

Não são empresas, organizações ou números inventados. São relatos de conquistas, vitórias e sucessos que, inevitavelmente, sofreram e sofrem dificuldades, obstáculos, situações inesperadas e até mesmo recuos. Todavia, este é o processo natural das coisas. E ainda bem. Porque são destes contratempos que despertam as mentes mais brilhantes e mais criativas mas sobretudo, as mais inquietas. São estas conquistas, hoje comemorações, que nos tornam invencíveis.

E são apenas mais 20 de um total de 60 que seleccionarei e que concluirei numa próxima edição do “Acção Socialista”.

## Plano Tecnológico

O GOVERNO aprovou no passado dia 30 de Abril, dia do Associativismo Jovem, o alargamento do programa de entregas de computadores com acesso à Internet de banda larga a preços reduzidos às associações juvenis e estudentis.

O anúncio desta medida foi feito pelo ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, que entregou na altura diversos equipamentos às federações e associações de jovens e de estudantes, que se candidataram ao programa e-juventude, uma nova vertente a juntar aos programas já existentes do e-escola, e-professor e e-oportunidades.

Recorde-se que o registo



nacional do associativismo jovem inclui presentemente um milhar de associações juvenis e 200 associações de

estudantes, distribuídas por todo o país, representando um universo de mais de meio milhão de jovens.

## A economia portuguesa está mais competitiva

PORTUGAL avançou dois lugares no ranking de competitividade das economias mais desenvolvidas, ocupando agora a 37ª posição numa lista de 55 países.

Este é o resultado do estudo desenvolvido pelo IMD World Competitiveness Yearbook 2008, que classifica e analisa quatro factores de competitividade. Em relação a 2007, o país subiu no ranking global em três desses factores. Quatro posições em "performance económica", uma posição em "eficiência empresarial" e quatro posições em "infra-estruturas".

No factor "eficiência da governação, Portugal registou o melhor desempenho comparativo, ocupando agora a 27ª posição no panorama global



e a 11ª posição no contexto da União Europeia.

Este estudo diz ainda que o país, no que respeita ao indicador "aluno-professor", ocupa a primeira posição, ao nível do ensino secundário e a terceira na educação primária, sendo ainda o nono país

entre os 55 analisados com o maior número de telemóveis por mil habitantes.

O número de dias para a criação de empresas é também um dos indicadores onde Portugal assume um destaque especial, ocupando a oitava posição global.

## Novo regime de convenções para a saúde pública em consulta

ENCONTRA já disponível para consulta pública, o ante-projecto para a criação de um novo modelo de convenções destinado à prestação de serviços de saúde aos beneficiários do SNS.

Recorde-se que a Lei de Bases da Saúde, aprovada em 1990, já possibilitava a celebração de convenções com médicos e outros profissionais de saúde ou casas de saúde, clínicas ou hospitais privados, quer a nível de cuidados de saúde primários, quer a nível de cuidados diferenciados.

Mais de dez anos depois, e após a publicação do decreto-lei 97/98, de 18 de Abril, que estabelecia o regime de celebração das convenções, diz o Ministério da Saúde



(MS), constata-se que o modelo não funcionou, pelo que o acesso de novos prestadores se encontra praticamente vedado.

Neste sentido, acrescenta o MS, é necessário definir um novo modelo de convenções que permita, com respeito

pelos princípios da complementaridade, da liberdade de escolha, da transparência, da igualdade e da concorrência, criar as necessárias condições para uma efectiva prestação de serviços de saúde por entidades públicas e privadas aos beneficiários do SNS.

## Registo Predial simplificado



NO ÂMBITO do programa Simplex, o Governo aprovou a concretização de uma medida tendente a simplificar, desmaterializar e eliminar actos e procedimentos de registo predial, como a compra e venda de imóveis, com ou sem financiamento bancário, hipotecas sobre imóveis ou doações.

Esta medida vai viabilizar a prestação de novos serviços em regime de "balcão único", com mais simplicidade e redução de custos, tornando facultativas as escrituras de diversos actos.

## Rede comunitária de Banda Larga em Évora



O DISTRITO de Évora beneficiará, até ao final deste ano, de uma rede comunitária em Banda Larga, projecto que tem por objectivo, como anunciou o ministro da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago, o combate à info-exclusão e ao desenvolvimento da iniciativa empresarial de base tecnológica e científica na região.

A nova rede ligará num anel de fibra óptica todas as 14 sedes de concelho deste distrito alentejano, a Universidade de Évora, vários parques industriais e centros tecnológicos da região, numa extensão superior a 450 quilómetros, permitindo a ligações de banda muito larga.

## Cartão do Cidadão chega a Viseu e a Faro



OS HABITANTES do distrito de Viseu têm já a possibilidade de solicitar na Loja do Cidadão ou nas conservatórias do registo civil das suas localidades o seu novo cartão de identidade, seguindo assim a prática já em vigor na Região Autónoma dos Açores, em Portalegre, Évora, Bragança, Beja, Vila Real,

Castelo Branco, Guarda e Santarém.

Também no distrito de Faro é igualmente já possível solicitar, em todos os concelhos, nomeadamente na recentemente inaugurada Loja do Cidadão da capital algarvia, situada no espaço do mercado municipal, este novo documento de identificação.

Recorde-se que a nova Loja do Cidadão da cidade de Faro, tem como novidade a integração tecnológica, não possuindo apenas balcões de atendimento, mas igualmente balcões integrados e multiserviços.

Viseu e Faro vêm juntar-se aos cerca de 200 postos já em funcionamento em todo o país, tendo ao até ao momento sido entregues mais de 54.500 novos cartões do cidadão.

## Governo dos Açores anuncia ampliação da rede integrada de apoio ao cidadão



O PRESIDENTE do Executivo açoriano, Carlos César, declarou que até ao final do corrente ano será alargada na região autónoma, a rede integrada de apoio ao cidadão, que passará a contar com mais de 15 postos, que se vão juntar aos 30 já em funcionamento na região.

Sublinhando que esta rede constitui um "enorme sucesso" e um "exemplo a nível nacional", desde logo por ter facilitado a experiência pioneira do Cartão do Cidadão, Carlos César revelou ainda que serão acrescentadas melhorias, nomeadamente em relação à interacção com os diversos espaços prestadores de serviços com a mesma tipicidade tecnológica, como postos de informação juvenil ou até em relação à informação de carácter turístico.

## Perdi a carteira com mais de 23 mil pedidos de cartões



A FUNCIONAR desde finais de Setembro de 2007, na Loja do Cidadão das Laranjeiras, em Lisboa, e desde Dezembro, na Loja de Odivelas, o balcão "perdi a carteira" registou até agora perto de 23.170 pedidos de cartões.

Este é um serviço que permite solicitar a substituição do Bilhete de Identidade, Carta de Condução, Documento único Automóvel, Cartão de Contribuinte, Cartão da Segurança Social, Cartão de Pensionista e da ADSE, num único documento.

O tempo médio de atendimento no balcão “Perdi a carteira” rondou os cinco minutos por cartão nas duas lojas e 30 minutos quando o pedido reportou aos sete cartões abrangidos.

O recurso ao balcão “Perdi a carteira” obriga à substituição de pelo menos dois documentos, ou seja, é possível fazer o pedido para todos os documentos mencionados, mas nunca apenas a substituição de um único.

## Previna-se antes de comprar casa



TUDO o que deve saber antes de comprar casa vem agora disponibilizado em formato dossiê no Portal do Cidadão.

Esta iniciativa pretende ser um instrumento de auxílio aos consumidores na compra da sua casa, fornecendo elementos que ajudam a valorizar o fogo que se pretende adquirir e garantir boas condições de habitabilidade.

Este dossier agora apresentado é da responsabilidade do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

## Energias renováveis são um cluster



AS TECNOLOGIAS ligadas às energias renováveis constituem hoje um dos clusters com maior peso na economia nacional.

Portugal, como lembrou o primeiro-ministro, durante o anúncio de um novo projecto de células fotovoltaicas da empresa alemã Qimonda, em Vila do Conde, tem hoje uma presença importante neste sector, “que não tinha há três anos”, estando agora a produzir o que antes era importado.

José Sócrates recordou que em 2007, pela primeira vez, Portugal vendeu mais tecnologia ao exterior do que aquela que importou, facto que em sua opinião deve-se à aposta feita pelo Governo no sector das energias renováveis.

## Prestações familiares mais baixas crescem acima da inflação

O GOVERNO procedeu à actualização anual dos valores das prestações familiares para 2008.

Assim, o abono de família para crianças e jovens passa a beneficiar de um crescimento



de 4 por cento para o primeiro escalão, 3,5 por cento para o segundo escalão, 3 por cento para o terceiro e 2,5 por cento para os quarto e quinto escalões.

O mesmo diploma prevê o aumento do abono de família pré-natal e das majorações ao abono de família para as famílias mais numerosas.

Também a bonificação por deficiência, que acresce ao abono de família para as crianças e jovens, o subsídio mensal vitalício e o subsídio por assistência de terceira pessoa registam um aumento de 4 por cento relativamente aos anteriores valores.

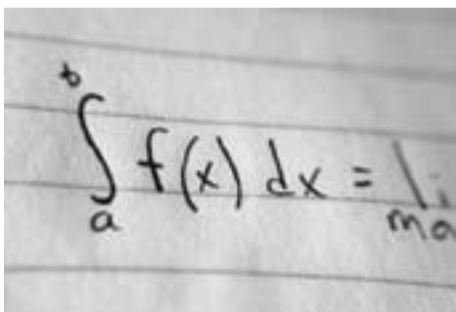
## Taxas moderadoras baixam para metade para maiores de 65 anos



ACABA de ser publicado em “Diário da República” o diploma que reduz em 50% o pagamento de taxas moderadoras no acesso às prestações de cuidados de saúde para os utentes com idade igual ou superior a 65 anos.

Esta medida, que obriga os utentes à apresentação de um documento de identificação civil, é agora possível, como refere o Ministério da Saúde, “pelo efeito positivo resultante do rigor alcançado na gestão das finanças públicas” e em particular pela correcta política desenvolvida no âmbito do Serviço Nacional de Saúde.

## Plano de matemática



O PLANO de Acção para a Matemática (PAM) envolve 395 mil alunos e 77.584 professores, dos quais 9036 docentes de matemática, e mobiliza um investimento de 2,6 milhões de euros, de acordo com as estatísticas apuradas pelo Ministério da Educação (ME).

Para que este projecto possa avançar de forma sustentada, as escolas têm vindo a ser dotadas de diversos recursos, que vão dos créditos horários, cerca de 10.087

horas, aos equipamentos, com 1628 quadros interactivos, 365 projectores de vídeo e 428 comutadores de secretária, além de software ou livros.

O balanço do segundo ano de execução deste programa mostra, segundo o ME, o significativo envolvimento de milhares de professores dos primeiro, segundo e terceiro ciclos do ensino básico e do ensino secundário em programas de formação contínua em matemática, em articulação com instituições de ensino superior.

## Novo aeroporto de Lisboa confirmado



O CONSELHO de Ministro adoptou no passado dia 8 de Maio as conclusões e recomendações do relatório ambiental sobre a localização do Novo Aeroporto de Lisboa em Alcochete, entregue pelo LNEC, confirmando a aprovação preliminar de 10 de Janeiro.

Com esta decisão, o Governo diz que se põe um ponto final a quase três décadas de indefinição quanto à localização de um aeroporto para a capital.

## Licenças de caça através do Multibanco



A NOVA modalidade de renovação das licenças de caça através da rede de caixas de Multibanco já está disponível desde 1 de Junho. Inserida no programa Simplex, a medida vem simplificar o processo anual de licenciamento, realizado até agora nos balcões da Direcção-Geral dos Recursos Florestais ou nas organizações de caça.

## Cartão electrónico da escola no ensino público



O GOVERNO aprovou a abertura de proce-

dimento de concurso público internacional com vista à aquisição dos serviços e bens necessários à infra-estruturação do sistema do cartão electrónico da escola. A medida destina-se às escolas públicas com 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário.

## Indemnização facilitada às vítimas de acidente automóvel



FOI PUBLICADA no dia 26 de Maio, no “Diário da República”, a portaria que fixa os critérios e valores orientadores para efeitos de indemnizações às vítimas de acidente automóvel, acelerando assim as decisões nesta área, numa iniciativa conjunta do Ministério das Finanças e Ministério da Justiça.

## Sociedade Ponto Verde lança reciclagem garantida



O “100R – Reciclagem 100% Garantida”, o mais recente desafio criado pela Sociedade Ponto Verde, tem como objectivo certificar eventos, espectáculos ou espaços comerciais com uma “garantia ponto verde”. Os resíduos de embalagens gerados nesses locais são, posteriormente, encaminhados correctamente para reciclagem.

## Novas medidas de combate ao carjacking



O SISTEMA de leitura automática de matrículas é uma das medidas propostas num relatório apresentado pelo grupo de trabalho sobre carjacking, roubo de automóveis através de métodos violentos.

# Maior transparência no mercado dos combustíveis

A AUTORIDADE da Concorrência (AdC) concluiu que não há cartelização dos preços dos combustíveis entre os operadores que actuam no mercado português, nem abuso de posição dominante pela Galp Energia.

Assim o revelou o estudo da referida entidade reguladora presidida por Manuel Sebastião, quem numa audição na Assembleia da República realizada no passado dia 3 garantiu aos deputados que não existem irregularidades concorrenciais no mercado dos combustíveis e que "o sistema logístico português é eficiente".

"Admitimos que pode haver coisas a fazer nesta matéria, mas não por razões concorrenciais", reafirmou o máximo responsável da AdC, explicando que o problema da subida dos preços dos combustíveis ultrapassa a dimensão nacional.

"É uma questão de fundo da economia e da sociedade em que vivemos", referiu Manuel Sebastião na apresentação do estudo da Concorrência, no Parlamento.

Em audição parlamentar, o ministro da Economia, Manuel Pinho, disse que todos "ficamos muito mais tranquilos se a Autoridade da Con-



corrência manter uma vigilância muito apertada sobre o sector, sobre possíveis situações de cartelização e abuso do poder".

E avançou com algumas medidas que dão corpo às recomendações deixadas pela Autoridade da Concorrência.

Assim, anunciou que as petrolíferas vão pagar os painéis de preços dos combustíveis das auto-estradas e que o site do Ministério da Economia vai integrar os valores actualizados dos custos para abastecimento, de modo a manter os consumidores mais e melhor informados.

Serão também agilizadas e simplificadas as licenças de funcionamento das bombas de gasolina para facilitar o acesso de concorrentes e a exploração dos terminais portuários continuará a ser concedida em regime de serviço público, sem que haja limitações ao armazenamento de combustíveis.

Por outro lado, a visada Galp deverá passar a disponibilizar a todos os operadores de mercado a estrutura de custos e proveitos da actividade de armazenagem e transporte de combustível, de modo a trazer mais transparência à actividade. **M.R.**

## Novas regras sobre informação dos preços

O GOVERNO estabeleceu a obrigatoriedade de os postos de abastecimento de combustíveis, situados nas auto-estradas, afixarem de forma legível os preços de venda a retalho dos combustíveis.

Com esta norma, os titulares dos postos de abastecimento de combustível passam a ser responsáveis pela instalação, conservação e manutenção de painéis comparativos dos preços.

Segundo o decreto-lei aprovado em Conselho de Ministros, estas



indicações deverão ser colocadas 2 quilómetros antes dos postos de abastecimento e deverão conter a informação sobre os preços praticados nos três postos de abasteci-

mento seguintes.

Estão previstas penalizações para a falta de colocação do painel e para os casos em que o preço anunciado no painel não corresponda ao preço efectivamente praticado no posto de combustível.

O não cumprimento destas disposições implica, assim, a aplicação de uma coima pela Estradas de Portugal SA, cujo valor oscila entre os 250 e os 3000 euros para as pessoas singulares e os 2500 e os 30 mil euros para as pessoas colectivas.

## PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS VERSUS IMPOSTOS

NUM cenário comparativo entre Janeiro de 2002 e meados de Março de 2008, constata-se que os preços de venda ao público da gasolina IO95 e do gasóleo rodoviário registaram, respectivamente, aumentos de 63% e 192,7%, enquanto a taxa de ISP incidente sobre os produtos em questão sofreu acréscimos de apenas 22,4%, no primeiro caso, e de 33,9%, no segundo caso, num horizonte de sete anos.

Isto é, o aumento verificado nos preços dos combustíveis nos últimos anos não se tem ficado a dever a aumentos da fiscalidade, o que aliás é comprovado pelo facto de a carga fiscal (ISP) inerente ao PVP

do gasóleo rodoviário e da gasolina se ter reduzido substancialmente desde 2002 (no caso da gasolina IO95 passou de 39,7% no início de 2002, para de 28,6% no 1.º trimestre de 2008 e no caso do gasóleo rodoviário de 50,9% para 41,6% no mesmo período), conforme se detalha no quadro 1:

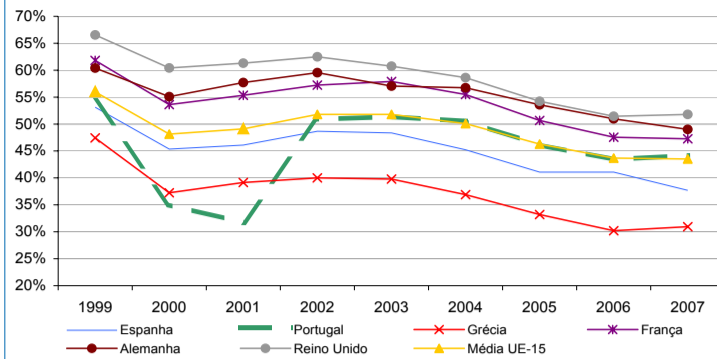
De salientar igualmente que, entre 2002 e 2007, o peso da receita do ISP no total das receitas fiscais passou de 9,6%, para 8,9% (vd. quadro 2):

Sendo que a redução do peso relativo do ISP é mais evidente em 2006 e 2007, explicado, desde logo, pelo facto de as taxas do ISP

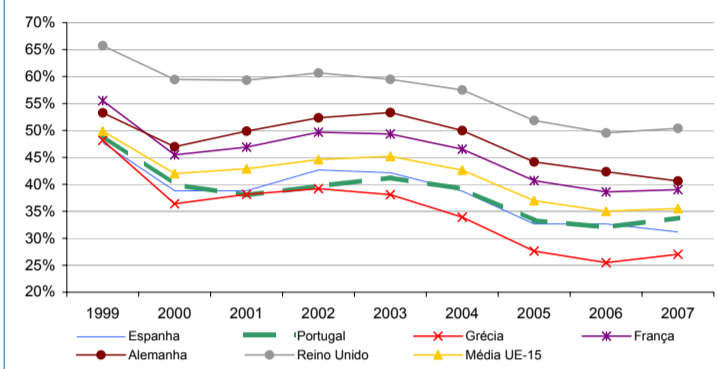
incidentes sobre os principais produtos sujeitos a imposto não terem sido actualizadas em conformidade com o que estava previsto (em função da taxa de inflação) e, por outro, pelo menor dinamismo dos consumos, em especial no caso da gasolina.

Ou seja, como se constata, também ao nível da fiscalidade sobre combustíveis, o Governo tem actuado de modo ponderado e equilibrado, demonstrando a maior preocupação com as subidas no preço dos combustíveis e procurando minorar as consequências destes aumentos na esfera dos consumidores.

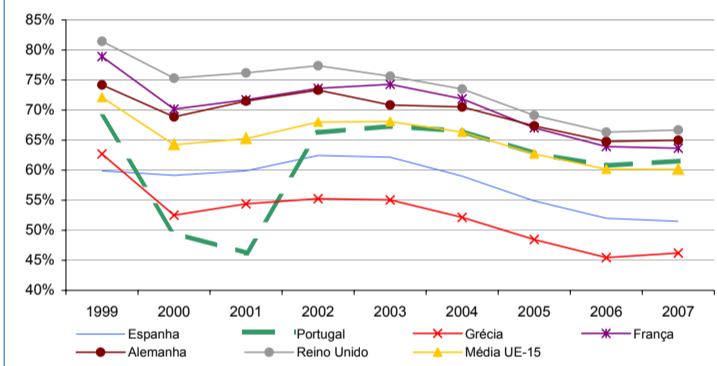
### PESO DO ISP NO PVP DA GASOLINA IO95



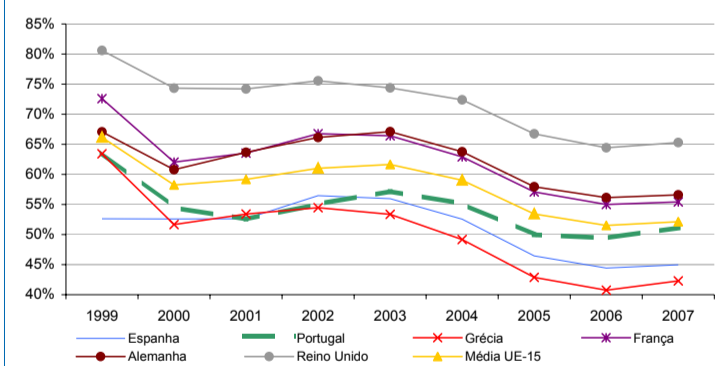
### PESO DO ISP NO PVP DO GASÓLEO



### PESO DA FISCALIDADE NO PVP DA GASOLINA IO95



### PESO DA FISCALIDADE NO PVP DO GASÓLEO



### 1. CARGA FISCAL (ISP) INCIDENTE SOBRE O PREÇO DE VENDA AO PÚBLICO DO GASÓLEO E DA GASOLINA

Ano	Gasóleo	Gasolina IO 95
2002	39,7%	50,9%
2003	41,3%	51,4%
2004	39,3%	50,7%
2005	33,5%	46,3%
2006	32,1%	43,7%
2007	33,8%	44,2%
2008	28,6%	41,6%

### 2. ISP/ TOTAL REC FISCAL

2002	2003	2004	2005	2006	2007
9,6%	10,3%	10,4%	9,8%	9,3%	8,9%